



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

YONA KALUANÁ FERREIRA DE SOUSA

**NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE: A ADMINISTRAÇÃO DE
EVALDO CAVALCANTE CRUZ E A CONSTRUÇÃO DO PDLI DE
CAMPINA GRANDE – PB (1973-1976).**

CAMPINA GRANDE - PB

2021

YONA KALUANÁ FERREIRA DE SOUSA

**NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE: A ADMINISTRAÇÃO DE
EVALDO CAVALCANTE CRUZ E A CONSTRUÇÃO DO PDLI DE
CAMPINA GRANDE – PB (1973-1976).**

**Trabalho de Conclusão Curso
(Monografia) apresentado ao Curso de
Licenciatura em História do Centro de
Humanidades da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciada em
História.**

Orientadora: Professora Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão.

CAMPINA GRANDE - PB

2021



S725n Sousa, Yona Kaluaná Ferreira de.

Negação do direito à cidade : a administração de Evaldo Cavalcante Cruz e a construção do PDLI de Campina Grande - PB (1973-1976).. / Yona Kaluaná Ferreira de Sousa. - 2021.

68 f.

Orientadora: Profa. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão.

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia (Curso de Licenciatura em História) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades.

1. Direito à cidade. 2. Plano de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI - Campina Grande - PB. 3. Materialismo histórico. 4. Espaço urbano. 5. Evaldo Cavalcante Cruz - Campina Grande - PB. 6. Direito à moradia - Campina Grande - PB. 7. Ditadura militar. 8. Moradias - Campina Grande - PB. 9. Reformas urbanas - Campina Grande - PB. 10. Jornal Diário da Borborema. 11. Urbanização - Campina Grande - PB. I. Cordão, Michelly Pereira de Sousa. II. Título.

CDU:94:365(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

YONA KALUANÁ FERREIRA DE SOUSA

**NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE: A ADMINISTRAÇÃO DE
EVALDO CAVALCANTE CRUZ E A CONSTRUÇÃO DO PDLI DE
CAMPINA GRANDE – PB (1973-1976).**

**Trabalho de Conclusão Curso
(Monografia) apresentado ao Curso de
Licenciatura em História do Centro de
Humanidades da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciada em
História.**

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão.
Orientadora – UAH/CH/UFCG**

**Professora Mestra Lauriceia Galdino dos Santos.
Examinadora Externa**

**Professor Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack.
Examinador Interno – UAH/CH/UFCG**

Trabalho aprovado em: 26 de outubro de 2021.

CAMPINA GRANDE - PB

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, inicialmente, a todos e todas que me ajudaram a chegar até aqui, em especial a minha família, que desde a infância me deu a oportunidade de me dedicar aos estudos, mesmo diante de dificuldades. Agradeço aos meus pais, César e Ayslana, que sempre se esforçaram para me dar as melhores condições de vida e me mostraram a importância da educação escolar ao longo de toda a vida. Agradeço também aos meus avós, Edvaldo (*in memoriam*), Rosália e Ayran, que me deram muito carinho e não mediram esforços para ajudar na minha criação quando necessário. Agradeço enormemente à minha irmã, Cléo, que me mostra cotidianamente a força da nossa união.

Agradeço à minha orientadora, Michelly, por desde o início da graduação ser uma forte inspiração para mim e ter contribuído de forma significativa para a minha formação também política e social a partir das nossas discussões em sala de aula. Assim como por ter me incentivado a escrever este trabalho, sendo compreensiva, apoiando e orientando da melhor maneira possível.

Ao LabRua, por me acolher e ter aberto meus olhos para pensar a cidade e suas vivências. Todos e todas que fizeram parte do meu percurso nesse espaço foram fundamentais para incentivar a minha curiosidade de estudar história também através do urbanismo. Este trabalho sem dúvidas não teria sido realizado se não tivesse a oportunidade de repensar meu vínculo com Campina Grande a partir das nossas reflexões.

Ao grupo de estudos de direito à cidade, que nesse último ano fez crescer ainda mais meu desejo por estudar as múltiplas expressões da urbanidade e me possibilitou descobrir o PDLI por meio de nossas pesquisas. Raiff, Bruna, Beatriz, Nicolas, Eduardo, e, principalmente, André, que me acompanhou nas leituras mais recentes e também na criação dos mapas e imagens do trabalho, vocês foram muito importantes nas reflexões que fiz para chegar até aqui.

Ao PET - Educação: Conexão de Saberes da UFCG, especialmente à minha tutora, Juciene, por ter me proporcionado experiências maravilhosas e enriquecedoras em quase todo meu percurso na graduação. Também agradeço a Acácio e Thaynara, que estiveram comigo em boa parte das empreitadas petianas e as deixaram muito mais leves e divertidas.

Aos meus colegas da turma de 2016.1 de história da UFCG, que tornaram o processo de graduação uma ótima experiência, mesmo nas dificuldades. Sobretudo Rai, Tarcísio, Bobby, Raquel, Jeferson, Lucas, Karine, João, Lulinha e Victória, que estiveram me acompanhando quase todos dias, principalmente quando parávamos na lanchonete de Marcos para comer Kró,

tomar café e dar muitas risadas em nossas longas conversas. Agradeço também a Leandro, que se tornou um amigo dentro e fora da vida acadêmica.

As minhas amigas fiéis, as meninas de história: Maria Fernanda, companheirinha de aulas, carnavais, inúmeras conversas e muitos perrengues, que mesmo estando fisicamente longe nos últimos tempos, sempre esteve presente e me ajudou nas correções do trabalho; Virgínia, a amiga mais sábia, que sempre deu os melhores conselhos e que esteve comigo compartilhando alegrias e tristezas nesses últimos anos; e, especialmente, Renally, amiga de simpatia cativante e grande coração, sem ela eu não teria conseguido realizar este trabalho, sua determinação foi muito importante para mim. Muito obrigada pelas tardes de estudo e fofoca, que me incentivaram a estudar e também me garantiram boas risadas.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus professores e as minhas professoras, que tiveram papel fundamental para minha formação acadêmica e me fizeram enxergar novos horizontes. Também sou grata a todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras que fazem a UFCG.

*E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce.*

Chico Science.

RESUMO

Entre 1973 e 1976, Evaldo Cavalcante Cruz assumiu o cargo de chefe administrativo de Campina Grande - PB, dando continuidade às políticas aplicadas pelo governo federal em meio à Ditadura Militar na cidade através do Plano de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI. Este trabalho tem como objetivo analisar como se deu a construção e execução desse plano, compreendendo o espaço urbano da cidade e as vivências de seus moradores, junto a negação ao direito de construir o lugar em que vivem. Para tanto, utilizaremos como fonte de pesquisa o PDLI e recortes dos jornais do *Diário da Borborema*, a fim de entender a construção do espaço urbano alinhado aos interesses de classe na sociedade capitalista. A análise desse estudo tem como alicerce o materialismo histórico e o conceito de direito à cidade, a partir das reflexões de David Harvey.

Palavras-chave: Ditadura; Direito à cidade; PDLI de Campina Grande.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Mapa de localização - Campina Grande/PB.....	33
Imagem 2: PDLI - Áreas para fins recreativos	34
Imagem 3: Moradias precárias em Campina Grande	40
Imagem 4: “Campina reclama melhor saneamento”	41
Imagem 5: A favela dos Coqueiros de José Rodrigues	44
Imagem 6: A favela Vila Cabral	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional;

BNH - Banco Nacional de Habitação;

BNB - Banco do Nordeste do Brasil;

CELB - Companhia de Eletricidade da Borborema;

CEHAP - Companhia Estadual de Habitação Popular;

COMDECA - Companhia Pró Desenvolvimento de Campina Grande;

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas;

COPURB - Conselho Nacional de Política Urbana;

COHAB - Companhia de Habitação Popular;

EPEA - Pesquisa Econômica Aplicada;

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

FIPLAN - Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado;

PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo;

PAC - Programa de Ação Concentrada;

PAI - Plano de Ação Integrada;

PDLI - Plano de Desenvolvimento Local Integrado;

PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento;

PIS - Programa de Integração Social;

SAB - Sociedade dos Amigos de Bairro;

SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo;

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;

SUPURB - Superintendência da Política Urbana;

TELINGRA - Telecomunicações de Campina Grande;

UDN - União Democrática Nacional;

UFPB - Universidade Federal da Paraíba;

URNE - Universidade Regional do Nordeste.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: Reformas urbanas em Campina Grande na ditadura militar	17
CAPÍTULO II: O PDLI e a negação do direito à cidade: as transformações urbanas na vida da população pobre de Campina Grande.....	31
A condição urbana nas páginas do <i>Diário da Borborema</i> :.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
1. Fontes primárias.....	54
2. Bibliografia	54
ANEXOS	58

INTRODUÇÃO

Vivenciar e observar a cidade tem sido nos últimos quatro anos uma das questões que mais me geraram curiosidades diversas, sobre seus usos, espaços, direitos e histórias. Especialmente quando se trata de Campina Grande, na Paraíba, lugar em que nasci e vivo até os dias de hoje, esse interesse é ainda mais forte, pois os lugares de atenção fazem parte do meu cotidiano e muitas indagações acabam perpassando meus pensamentos cada vez que estou atravessando essa cidade. Tal realidade foi sendo fortalecida em mim nesses últimos anos, pois estive também me encorajando em pesquisar e analisar assuntos para além do que normalmente via durante a graduação no curso de história, como o urbanismo.

Diante do que experienciei no Laboratório de Rua - LABRUA¹, desde o ano de 2017, e o contato que tive com pessoas das áreas de arquitetura e urbanismo, ciências sociais, computação, entre outras, o desejo de entender um pouco mais sobre o lugar em que moro e observo diariamente as disparidades sociais, e, conseqüentemente, a sua pluralidade de vivências, foi um fato marcante durante praticamente todo o meu percurso acadêmico. É nesse contexto que esta minha pesquisa de trabalho de conclusão de curso se insere, partindo dos questionamentos sobre a forma como a produção dos espaços da cidade interferem nas experiências daqueles que nela estão, utilizando o conhecimento adquirido tanto dentro da universidade, a partir de uma perspectiva histórica, quanto fora dela.

Entendendo que estamos em uma sociedade posta no sistema econômico e social capitalista, a construção dos espaços urbanos e os interesses em torno disso não são alheios às suas determinações, e são responsáveis pelo modo como se dão as vivências da população, principalmente quando pensamos na classe trabalhadora. A problemática habitacional e a falta de infraestrutura das cidades também são um reflexo dessa sociedade, em que a intervenção do estado nas condições sociais de reprodução da força de trabalho faz dessa situação uma necessidade à burguesia (ENGELS, 1957). Não obstante, essa conjuntura não é apenas vivenciada com passividade e podem-se existir articulações e movimentações sociais que reivindicam seu direito à construção do lugar em que vivem. É exatamente levando em conta essas considerações que este trabalho pensa Campina Grande.

Este trabalho tem como foco os anos 1973 e 1976, mas tem como contexto praticamente todo o período em que o Brasil foi marcado pela forte repressão e supressão de direitos, a

¹ Associação sem fins lucrativos que realiza pesquisas independentes sobre os espaços públicos de Campina Grande (PB) para pensar uma cidade colaborativa e democrática.

Ditadura Militar. Iniciada em 1964, as práticas militares desenvolvidas desde esse momento foram imprescindíveis para a construção de planos políticos e urbanísticos que intensificaram os problemas de habitação no país, impulsionados pelo crescimento demográfico cada vez mais forte. O que foi factual também em Campina Grande, em especial na administração de Evaldo Cavalcante Cruz, com a criação e execução do seu plano de governo alinhado aos militares, chamado de Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande, o PDLI.

Estabelecemos, então, aqui, que nosso objetivo principal na pesquisa se trata de discutir o processo de elaboração dos planos e das políticas militares que influenciaram diretamente na vida da população urbana, seja nacionalmente ou localmente. E, mais especificamente, como isso se deu em Campina Grande quando estava sendo governada por Evaldo Cruz, entendendo que sua prática política também é indicada como continuidade aos ideais militares. A partir disso, investigaremos as ações da prefeitura - ou a falta delas - no tocante às reais necessidades da população local, demonstrando as contradições entre os interesses de classe.

A necessidade de estudar a história dos de baixo se dá como um dever para o historiador, como nos ensina E. P. Thompson, e a relevância do problema e da abordagem adotada neste estudo é observada pela falta de material que trate a temática por essa perspectiva, com o uso de fonte “oficial” e também de recortes de jornais da época. Para investigar o assunto, utilizaremos como fonte primária o próprio Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande, datado de 1973, pesquisado presencialmente na Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência de Campina Grande - SEPLAN, e as reportagens encontradas no Diário da Borborema, oriundas de pesquisa também presencial na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.

Também levaremos em conta as discussões de Tania Regina de Luca (2008) ao pensarmos a história por meio dos periódicos, pois, de acordo com a autora, na década de 1970 ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se utilizavam de jornais e revistas como fonte para o estudo da história no Brasil. Apesar da imprensa já estar bastante difundida no país e de sua importância ser entendida, ainda relutava-se em utilizá-la para a escrita da História. A prática historiográfica mudou significativamente a partir da terceira geração dos Annales, no final do século XX, quando foram propostos novos objetos, problemas e abordagens, com aportes de outras ciências humanas e a interdisciplinaridade. Tais mudanças alteraram a própria concepção de documento e sua crítica, especialmente na renovação do marxismo, marcado sobretudo por Thompson e o abandono da ortodoxia economicista, o reconhecimento de elementos culturais e a adoção da perspectiva dos vencidos, a história vista

de baixo. Esse novo momento trouxe importância ao debate sobre a experiência de grupos e camadas sociais que antes eram deixados de lado.

As transformações no ambiente citadino e os estudos sobre o urbano se constituíram como um importante campo da pesquisa histórica por intermédio da imprensa. As transformações vivenciadas pelas cidades e tudo aquilo que a compunha, os novos hábitos, a política, os conflitos sociais, a constituição dos espaços, entre outras questões, passaram a fazer parte das preocupações dos historiadores, diante da possibilidade de investigação por meio de periódicos. Além disso, os materiais impressos também passaram a abarcar revistas, imagens e publicidades, a literatura, o gênero e a infância, e também a política e a censura, principalmente durante o período da ditadura militar. Nesse novo contexto, não há como deixar passar o papel definitivo da censura e o silenciamento da imprensa, marcada por vezes como fortalecedora do regime militar e difusora de propaganda política favorável, e também como um espaço de contestação ao que estava acontecendo, mesmo que de forma sutil.

[...] Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa (DE LUCA, 2008, p.139).

Desse modo, se dá a importância de identificar de maneira cuidadosa o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, para compreender as intenções e expectativas em torno do que ali está, entendendo as relações entre os interesses e os poderes envolvidos e o colocando rigorosamente inserido na crítica para ser fonte e objeto de pesquisa historiográfica. No caso desta pesquisa, o *Diário da Borborema*, que pertence aos Diários Associados Assis Chateaubriand, foi criado em 1957, em Campina Grande - PB, pelo empresário e político paraibano Assis Chateaubriand, e foi um dos mais fortes instrumentos de comunicação no período estudado, por estar diretamente ligado à cidade de nosso estudo. A crítica das fontes neste trabalho leva em consideração os ensinamentos do filósofo italiano Antonio Gramsci (2001), para que possamos compreender seu lugar de produção e aqueles envolvidos nesse processo, pensando na questão ideológica que compõe a produção de periódicos e também o viés governamental nas fontes "oficiais".

Assim, metodologicamente, refletiremos sobre todo esse contexto por meio do materialismo histórico e dialético, criado pelo sociólogo alemão Karl Marx, nos concentrando

na História Social. Dito isto, compreendemos a análise da existência de homens e mulheres, de acordo com as relações materiais da sociedade em que estavam inseridos, na qual o modo de produção da vida material condiciona seu processo de vida social e a sua consciência. Marx também nos apoia na concepção do fazer dos homens e das mulheres na história, e auxilia no entendimento dos interesses presentes no capitalismo para a compreensão das contradições e embates entre classes sociais.

Outro autor fundamental para nossa análise é o filósofo alemão Friedrich Engels, principalmente no que diz respeito à questão dos interesses de classe em relação à moradia e aos equipamentos urbanos, sobretudo no tocante à sua crise. Diante disso, temos, então, posta, a determinação estrutural e socialmente estabelecida pelos mecanismos do capital que interferem na organização da cidade, bem como na moradia e na vida dos trabalhadores. A falta de moradia e os problemas decorrentes da falta de infraestrutura na cidade, são entendidos como uma instituição necessária no tipo de sociedade capitalista, e, conseqüentemente, repercute nos mais diversos aspectos da vida da população, especialmente da parte subalterna.

O campo marxista situa a análise do fenômeno urbano na trama do fator econômico e do fator político. A cidade insere-se antes de mais nada em um sistema econômico e social específico e o ambiente urbano é um palco privilegiado para as lutas político-sociais. A partir dessa compreensão, um conceito importante para nosso trabalho sobre organização urbana é o “direito à cidade”, estabelecido por Henri Lefebvre (2001). Para nos apoiar nessa reflexão, utilizaremos os escritos de David Harvey, que se dedicou ao estudo da cidade pelo viés marxista, encontrado no pensamento de Lefebvre. Desse modo, o direito à cidade é pensado como um direito que inclui a população na construção de seus espaços, desde a participação coletiva enquanto uma forma de poder decisivo, até as mais variadas formas de vivenciar os ambientes urbanos cotidianamente, tendo em vista que no fundamento capitalista de cidade, apenas as classes dominantes podem ter papel de decisão, enquanto a classe trabalhadora é excluída.

Nesse sentido, a pesquisa realizada neste trabalho tem como embasamento tais discussões postas aqui até o momento, tendo como foco a observação desses processos na cidade de Campina Grande - PB, percebendo a relevância de tal análise do ponto de vista da questão social e histórica que até hoje tem seus desdobramentos na região. Esta monografia foi dividida em dois capítulos: no primeiro, procurei fazer uma contextualização nacional do planejamento urbano antes e durante a Ditadura Militar no Brasil, demonstrando como as práticas militares que delimitaram o espaço urbano foram também determinantes em Campina Grande, em especial durante o governo de Evaldo Cavalcante Cruz e na aplicação do Plano de

Desenvolvimento Local Integrado (PDLI). No segundo capítulo, analisei mais detalhadamente as fontes, aprofundando o próprio PDLI e matérias do *Diário da Borborema*, problematizando a existência e a execução do plano e seus efeitos maléficos na vida material da população pobre que teve seu direito à cidade negado.

CAPÍTULO I

REFORMAS URBANAS EM CAMPINA GRANDE NA DITADURA MILITAR

Na experiência histórica da ditadura militar no Brasil (1964-1985) houve diversas mudanças nos mais diferentes âmbitos políticos e sociais. Dentre essas, algumas se sobressaíram de modo mais marcante em cidades brasileiras que, embora não estivessem no centro das intervenções dos governos militares, como estavam aquelas situadas nas regiões Sul e Sudeste, também foram duramente manipuladas ao seu controle e daqueles que os apoiavam.

Esse foi o caso de Campina Grande, cidade do interior da Paraíba, que após o golpe militar em 1964, teve de conviver com a cassação do então prefeito eleito Newton Vieira Rique (1963-1964), processo que deu início a um longo período de dificuldades econômicas e sociais durante as administrações de interventores e políticos aliados aos governos militares. Neste trabalho, nos deteremos especialmente ao período em que Evaldo Cavalcante Cruz (1973-1977) governou o município e deu continuidades ao projeto centralizador do governo federal, principalmente no que se refere às práticas e ideologias que orientaram o planejamento urbano e que foram materializadas no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de Campina Grande.

Para tal, foi necessário compreendermos o contexto histórico do golpe de 1964 e da ditadura que se sucedeu a ele, que durou vinte e um anos. Essa ruptura institucional no âmbito nacional afetou profundamente as políticas desenvolvimentistas no país e na cidade de Campina Grande que haviam sido promovidas pelos governos federais e por políticos locais anteriores ao golpe. Foi nesse contexto de pré-intervenção que as discussões em torno do planejamento urbano começaram a ser uma preocupação mais forte dos governos nacionais, que passaram a procurar formas de estudar e analisar as regiões do país para propor soluções aos seus problemas urbanísticos. A partir disso, na década de 1970, os governos militares acabaram implementando tais políticas, adotando um modelo de planejamento urbano centralizado e integrado no Brasil que foi, também, aplicado em Campina Grande. Sobre o conceito de planejamento urbano, Mindlin explica:

O Planejamento nada mais é do que um modelo teórico para a ação. Propõe-se a organizar racionalmente o sistema urbano, a partir de certas hipóteses sobre a realidade. Naturalmente, cada experiência de Planejamento se afasta de sua formulação teórica e o que é interessante, na análise dos Planos é justamente separar a história do modelo e verificar porque os fatos ocorreram de maneira diferente da prevista (2001, p.07).

O primeiro projeto visando a uma transformação urbana estrutural em Campina Grande foi implementado durante a administração do prefeito Vergniaud Wanderley em 1937, período

marcado pela adoção da industrialização e do comércio como principais atividades econômicas na cidade, e, conseqüentemente, pela forte migração do mundo rural para o urbano. Seguindo uma tradição higienista e de embelezamento presente no Modelo Nacional Desenvolvimentista inaugurado nos anos 30 durante o governo de Getúlio Vargas, esse projeto fez uma ampla mudança estética nos edifícios da cidade e também abriu novas avenidas e ruas.

O prefeito, perseguindo a realização de um projeto que implicava destruição criativa, não se contentou em mandar arrasar casebres que, do seu ponto de vista, enfeavam o centro da cidade; também não vacilou em mandar demolir mesmo os casarões de alguns caciques da elite política e econômica local, e, em seu lugar, fazer emergir modernos edifícios com dois ou mais pavimentos. Este procedimento passou a reordenar as principais ruas do centro de Campina Grande (CABRAL FILHO, 2009, p.52).

É diante dessa realidade que a imagem de Campina Grande enquanto um símbolo de desenvolvimento e de trabalho passou a ser cada vez mais difundido socialmente, em especial pela elite local, que através do destaque econômico da cidade advindo das grandes exportações de algodão e de sua localização geográfica, levaram-na a receber o título de “Rainha da Borborema”.

[...] o crescimento econômico vivenciado pelo município com o advento da estrada de ferro durante a República Velha; a implantação da indústria de beneficiamento do sisal e do algodão no final dos anos 30, início dos anos 40, reproduzindo, na região, a política econômica defendida nacionalmente pelo governo de Getúlio Vargas; a exportação de minérios para a indústria bélica durante a segunda guerra mundial que colocou o município em sintonia não apenas com a política nacional mas com a política global; e a retomada em grande estilo do comércio varejista de produtos regionais, nacionais e, principalmente, produtos importados de outros países durante a abertura liberal do governo Dutra. É com esse ímpeto que a cidade entra nos anos 50 (LIMA, 2012, p.26).

Desse modo, nos anos 1950, o município já tinha alcançado uma grande importância tanto no estado da Paraíba quanto na região Nordeste no tocante ao desenvolvimento econômico, agora mais ligado ao contexto industrial do país. Apesar de todo o crescimento do município, se comparado a outras cidades da região, o grande contingente populacional que recebia e as desigualdades regionais no país eram um dos fatores de atraso que impediam o recebimento de incentivos federais e dificultavam uma prosperidade duradoura. A visibilidade dessas diferenças fez surgir, com a pressão política local em cima do governo federal, a articulação das Ligas Camponesas em 1956, movimento camponês de luta que encontrou núcleos em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Bahia.

Era indiscutível o grande desenvolvimento da região Centro-Sul, encabeçada por São Paulo e alcançando o Rio de Janeiro e Minas Gerais, em detrimento das outras regiões do País, que permaneciam estagnadas ou apresentavam um crescimento muito inferior à região Centro-Sul priorizada nos projetos governamentais. A partir dessa constatação (óbvia), a discussão acerca das desigualdades entre regiões entrou em pauta nas discussões das lideranças campinense, que foram se agregando a outras lideranças da região Nordeste (OLIVEIRA, 2005, p.55).

Com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a aplicação das políticas desenvolvimentistas do Plano de Metas durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), e na tentativa de amenizar as pressões em torno da falta de investimento federal no Nordeste e com os esforços municipais e estaduais, em 1959 o governo de Campina Grande começou a estimular cada vez mais seu desenvolvimento por meio da instalação de grandes indústrias, especialmente durante as administrações municipais de Elpídio de Almeida (1947-1951), Severino Cabral (1959-1963), Newton Rique (1963-1964) e Williams Arruda (1964-1969), e estaduais de José Américo de Almeida (1951-1956), Flávio Ribeiro Coutinho (1956-1958) e Pedro Moreno Gondim (1958-1960). Nessas gestões foram criadas iniciativas que forneceram ao município certa modernização, com investimentos em saúde, educação e lazer, o que incentivou também um grande crescimento demográfico de forma desordenada em seu espaço urbano.

Em síntese, ao desenvolver-se ainda mais o modo de produção capitalista no Brasil (como parte do sistema capitalista mundial) desenvolveram-se tanto as relações de produção como o conjunto da estrutura social. Principalmente nos centros urbanos e industriais mais importantes do país, desenvolveram-se bastante a estrutura de classes sociais, com suas implicações políticas e culturais. A própria cultura em sentido amplo, transformou-se de modo notável pelo desenvolvimento de novas formas de pensar e novas possibilidades de ação. Pouco a pouco, avançava a hegemonia da cidade, enquanto universo cultural singular, sobre cultura de tipo agrário. Pode-se mesmo dizer que durante o Governo Juscelino Kubistchek de Oliveira a cidade conquistou uma segunda vitória sobre o campo, no sentido de que o poder político passou, em maior, escala, às mãos da burguesia industrial (IANNI, 1991, p.177).

Foi na década de 1950 que as questões voltadas para o planejamento urbano começaram a ter alguma experiência válida no Brasil. De acordo com Villaça (1999), é a partir desse período que desenvolve-se no Brasil um discurso sobre a necessidade de integração entre os vários objetivos dos planos urbanos e os planos nacionais de governo. No entanto, na maioria dos casos as intenções eram apenas discursivas e não chegavam a acontecer. Nesse período, a paisagem social era alterada pelas intensas migrações ocorridas no país entre as décadas de

1950 e 1960, caracterizando as cidades brasileiras desprovidas de estrutura para receber a demanda populacional que crescia, inclusive, em Campina Grande. Nessas condições, o Estado começou a pensar em alternativas através de programas que destacavam a questão habitacional para tentar resolver a problemática, pois com o crescimento exacerbado do contingente de proletários e de pessoas da classe média, começaram também a surgir reivindicações por espaço na política para defender seus interesses.

Assim, mesmo após o fim do governo de Kubitschek e o início da crise de sua política desenvolvimentista e a crise política no país, seu sucessor Jânio Quadros (1961) propôs o Plano de Assistência Habitacional que, junto aos objetivos sociais, também tinha a intenção político-ideológica de multiplicar os investimentos públicos no setor habitacional. Já em 1963, apareceram também as campanhas pelas “Reformas de Base”, que fizeram o governo de João Goulart (1961-1964) encaminhar a questão habitacional brasileira junto ao desenvolvimento urbano no seu Plano Trienal, propondo a criação da Superintendência da Política Urbana (SUPURB) e do Conselho Nacional de Política Urbana (COPURB). Essas mudanças também influenciaram a política que estava sendo desenvolvida em Campina Grande no momento, ainda em decorrência dos incentivos propiciados pela SUDENE na cidade.

É nesse contexto que a sociedade brasileira vivenciou um período de forte mobilização política, marcado por conflitos sociais tanto no campo quanto na cidade, parte da pequena burguesia, estudantes e intelectuais se organizaram para pedir por direitos. Enquanto isso, se contrapondo a essas manifestações de camadas mais baixas, a elite brasileira procurava defender de todas as formas a manutenção de seus privilégios. Foi diante dessa conjuntura de forte polarização que no governo de Goulart, aconteceu o desfecho desse processo de lutas de classes, por meio de um brutal golpe militar que, além de ter deposto o então presidente, perdurou de modo severo durante vinte anos no Brasil. O primeiro interventor a assumir o cargo de Presidente da República foi o militar Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967).

A ação de classe dos setores burgueses que se aliaram aos conspiradores militares para derrubar o governo de João Goulart em 1964 revelava, portanto, o temor diante do potencial contra sistêmico (ainda que “potencial”) de um conjunto de mobilizações sociais dos trabalhadores urbanos e rurais. Um temor derivado da natureza autocrática da dominação de classes típicas do capitalismo periférico e dependente, mas também nas dificuldades internas às diferentes frações burguesas para construir uma base estável de dominação, pautada pela hegemonia de um determinado projeto político, que fosse capaz de revestir de consenso a coerção típica de qualquer forma de dominação estatal (BADARÓ, 2015, p.46).

A princípio, o golpe não teve um impacto marcante para a população campinense e seus políticos, apesar de todo o alvoroço que o fato representava nacionalmente, pois não se temia transformações marcantes para a cidade. Até então os representantes escolhidos para administrar a prefeitura não pareciam representar uma ameaça para os militares, entretanto, a partir dos decretos dos Atos Institucionais, iniciou-se um movimento de preocupação com a situação. O ápice dessa afirmação surgiu quando o prefeito Newton Rique, banqueiro e industrial fortemente influenciado pelas políticas de Kubitschek e Goulart, acabou sendo cassado em 1964 e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Em seu lugar, assumiu o vice-prefeito, Williams Arruda.

De acordo com Lima (2016), apesar disso, o golpe foi bem recepcionado pelos diversos setores das elites locais na cidade, que se alinhando ao discurso da elite nacional, aderiu à realidade militar com o interesse de manter seus privilégios. Um exemplo claro disso foi o comportamento da maior parte dos vereadores da Câmara Municipal de Campina Grande, quando na primeira reunião após o golpe, se reuniram em uma sessão cheia de aplausos e felicitações às Forças Armadas. A partir daí, deu-se início uma descontente história marcada pelo servilismo, pragmatismo e pela cumplicidade entre o legislativo municipal e os ditadores.

Ao assumir o poder em 1964, os militares começaram a colocar em prática uma nova política que, de forma explícita, demonstrava a intenção de ter controle total sobre as esferas de poder. Pautado na centralização política e administrativa, foi essa uma das formas que os militares encontraram para permanecer no controle, enquadrando estados e municípios à dura hierarquia militar. Dentre as mais diversas mudanças propiciadas, estava a continuidade da construção de planos nacionais que objetivavam análises, estudos e propostas econômicas e sociais, incluindo o planejamento urbano. Mas, não mais como o que vinha sendo realizado nos governos anteriores. Após o golpe, as questões das desigualdades regionais não foram mais priorizadas e as capitais do país passaram a receber mais investimentos em detrimento do restante das cidades (LIMA, 2012, p.111-112).

Em 1964 com o movimento militar que se instalou no país, um regime extremamente autoritário. O conteúdo político do planejamento desviou-se de demandas imediatamente populares, para metas de longo prazo. Foram produzindo alguns planos, fortemente detalhados, contendo diretrizes e recomendações para diversos níveis de governo. Irônico como possa parecer, havia um certo grau de “continuidade” entre os ideais do Plano Trienal (1963/1965) e aqueles expressos pela ordem autoritária: modernização do aparelho público, centralização do processo de decisões, regionalização dos programas de desenvolvimento (SCHMIDT, 1983, p. 101).

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi o primeiro plano apresentado na ditadura militar, sob intervenção de Castelo Branco que, junto a sua equipe, elaborou o plano para os três anos de governo, de 1964 a 1966. Esse programa tinha como objetivo organizar as finanças e preparar o país para o crescimento econômico. O principal foco para alcançar esse objetivo, seria o alto controle da inflação, com a justificativa de que o problema da inflação no país seria o déficit público, crédito excessivo ao setor privado e aumentos salariais abusivos. Com esse discurso, diversos setores sociais passaram por dificuldades, especialmente aqueles formados pelas camadas populares (LIMA, 2012, p.71).

O principal meio de captação de recursos do BNH foi a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), objetivando retirar direitos trabalhistas, como a estabilidade de emprego após dez anos na mesma empresa, o que também legitimou o fim da estabilidade de emprego, e acabando com o direito à participação nos lucros da empresa, substituído pelo Programa de Integração Social (PIS). Assim, garantiu o confisco de parte do salário dos trabalhadores empregados por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O FGTS foi uma espécie de poupança obrigatória e parte da fonte de recursos do BNH, para ser utilizado como capital imobiliário (OLIVEIRA, 2005, p.27), para servir como uma contrapartida ao aumento do custo de vida e as durezas do governo militar.

Foi nesse contexto que o Plano Decenal do governo Castello Branco formulou a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, por meio da caracterização e do estudo de regiões do país e da definição de polos de desenvolvimento. O trabalho foi realizado pelo Conselho de Geografia e o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), que fez a divisão do país em regiões homogêneas e a elaboração dos Diagnósticos Preliminares da Economia das Micro-Regiões, compreendendo a economia, as atividades, os recursos humanos, a capacidade empresarial, os recursos naturais e potenciais, entre outros.

Junto a isso foram criados três níveis de polos de desenvolvimento de interesse nacional para dividir e hierarquizar o território do país, baseados nos métodos do geógrafo francês Michel Rochefort: Nível 1: Polos de Desenvolvimento de Interesse Nacional, que incluía as grandes metrópoles e visavam o estímulo em investimentos públicos e privados e o desenvolvimento auto-sustentado de suas regiões de influência; Nível 2: Polos de Interesse de Desenvolvimento Micro-Regional, que incluía o investimento para cidades de porte médio; e, o Nível 3: Polos de Equilíbrio, composto pelas chamadas cidades prioritárias nos estados, que deveriam receber investimentos públicos em infraestrutura física e social visando a fixação da população para que no futuro pudessem se tornar polos de interesse macrorregional (OLIVEIRA, 2005, p.30-31).

Williams Arruda, ao assumir a administração de Campina Grande em 1964, pautou uma política mais voltada para a aliança com os militares e suas práticas. Conseguiu uma reunião com o então Presidente da República, Castelo Branco, na qual foram determinadas algumas diretrizes para a área social na cidade, como a implantação da política habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH) na cidade. Em 1965 a COHAB - CG recebeu do BNH a liberação para construção das primeiras 300 moradias populares que seriam distribuídas por vários bairros da cidade, também foram construídos os conjuntos habitacionais Sandra Cavalcante, Castelo Branco e Jardim Paulistano, com casas direcionadas para os funcionários municipais.

Durante esse período, Arruda também criou a Universidade Regional do Nordeste (URNE) e incentivou a criação de novas Sociedades dos Amigos de Bairro (SAB's). Além disso, criou a companhia telefônica do município (TELINGRA) e a Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB), e executou o projeto do Distrito Industrial de Campina Grande, pensado por Newton Rique. Mesmo diante desses “ganhos” e investimentos na cidade, de acordo com o historiador Luciano Mendonça Lima (2016), é preciso compreender que o processo de criação de empresas públicas, propiciavam também a acumulação de riquezas dos grupos privados na cidade. Assim, ao contrário do discurso do progresso municipal tão pregado pelas classes dominantes locais de que todos se beneficiavam, o aumento da concentração de riqueza e poder nas mãos de grupos que já eram tradicionalmente privilegiados também propiciou o aumento da exploração de trabalhadores e da repressão contra toda forma de oposição, algo também presente no contexto das universidades.

Com a entrada ao poder do governo do general Arthur da Costa e Silva (1967-1969), intensificou-se uma política que previa o crescimento econômico como meta principal de maneira que esse período foi chamado pela propaganda do governo de “milagre econômico brasileiro”, que se estendeu até o governo de Médici. O plano proposto por Costa e Silva é chamado de Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) foi um projeto global de desenvolvimento, desenhado pelo governo Costa e Silva. O país tinha experimentado um período de grandes crises nos anos de 1960. Além disso, o Congresso tinha sido posto debaixo de forte controle, sofrendo muitas cassações, sendo que as eleições para a Câmara Federal e para o Senado, em 15 de novembro de 1966 tinham transcorrido num clima de antidemocracia. Por isso, em mais de um sentido, o novo governo tinha de se mover em direção ao estabelecimento de uma coexistência mais tolerável com a nação (SCHMIDT, 1983, p.104).

No tocante ao desenvolvimento urbano, houve uma análise detalhada do processo de urbanização do Brasil até o ano 1960, contemplando estudos sobre sua estrutura e seus defeitos. A partir disso, foi constituída a base que deu fundamento e justificativa para a implementação do Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado, com a coordenação do SERFHAU, e também do Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado (FIPLAN), que seria destinado a organizar os recursos aos municípios para a realização dos estudos. Para tal, foi criado também o Programa de Ação Concentrada (PAC), com o objetivo de assegurar a coordenação entre as vias municipais, estaduais e federais, na atuação de programas de desenvolvimento urbano, através do plano determinado pelas autoridades federais. Foi a partir desses programas que a prefeitura de Williams Arruda conseguiu dar continuidade aos projetos iniciados na cidade ainda no governo de Castelo Branco (OLIVEIRA, 2005, p.35).

Entretanto, a conjuntura desfavorável à Costa e Silva, fez com que acontecesse o que, como visto em Lima (2012), ficou conhecido como o “golpe dentro do golpe” em 1969, quando o AI-5 (Ato Institucional nº 5) deu amplos poderes de exceção ao executivo e o então presidente foi forçado a deixar o poder. Nesse mesmo ano, em Campina Grande, o mandato de Williams Arruda chegou ao fim e o grupo desenvolvimentista da política campinense ainda esperava que pudesse ser retomado na cidade o projeto político realizado por Rique. Desse modo, nas eleições seguintes, Ronaldo José da Cunha Lima foi escolhido como um líder que trazia os ideais que os representavam e que também repudiava a política feita pelos militares. Eleito prefeito da cidade com grandes manifestações populares, Ronaldo acabou governando apenas durante 42 dias, pois foi cassado pelo AI-5 e substituído pelo vice-prefeito, Orlando Almeida, que também teve sua candidatura cassada.

Desse modo, o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) assumiu a presidência do Brasil e mostrou o aspecto mais duro do regime militar, marcado pelo profundo rigor de repressão política que inibia qualquer discordância social. Dando continuidade às políticas dos governos anteriores, Médici propôs o Programa de Metas e Bases para Ação do Governo em 1970, que foi complementado efetivamente pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento em 1971.

No Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo, o capítulo que se refere ao Desenvolvimento Urbano aponta providências como mais importantes: desenvolvimento das principais regiões metropolitanas do país, particularmente o Rio de Janeiro e São Paulo; integração e coordenação dos programas setoriais nos planos de urbanização - abastecimento de água, energia elétrica, saneamento básico, habitação, transporte e abastecimento; aplicação

do Fundo de Participação dos Municípios; e, revigoração da estrutura de decisões em nível municipal, mediante a realização dos Planos de Desenvolvimento Local Integrado, através do PAC. O PAC, criado durante o governo do general Costa e Silva, viabilizou o desenvolvimento local integrado de localidades urbanas no país, com o objetivo de implantar o processo de planejamento nos municípios selecionados por meio da criação de instrumentos de ação comunitária e da execução de projetos indicados como prioridade nos planos, dando atenção ao financiamento para o saneamento básico, programa habitacional e organização dos serviços administrativos municipais (OLIVEIRA, 2005, p.43).

O Programa se desenvolveu por meio de três instrumentos, dos quais Campina Grande participava de dois, por ser uma cidade de porte médio. Esses instrumentos foram: o Plano de Ação Integrada (PAI), instrumento que compreendia diagnóstico, plano de diretrizes e desenvolvimento, e plano de ação do governo municipal, caracterizando-se pelo cadastro técnico fiscal, plano físico e orçamentos e a implementação de um programa de capacitação à administração do município; e o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), instrumento destinado a capitais estaduais e a centros urbanos de importância nacional, nos quais houvesse a participação direta do Estado na sua elaboração. O PDLI foi considerado como a política de desenvolvimento urbano executada pelo governo federal em nível municipal. Os esforços para tal realização, no entanto, precisavam ser também por meio de investimentos municipais que se agrupavam em microrregiões, como Campina Grande, que integra o agreste da borborema, brejo paraibano, seridó paraibano, cariris velhos e curimataú.

Nesse período, a discussão sobre o crescimento populacional e suas consequências para o mundo ganha destaque, ao mesmo tempo, os burocratas militares começam a perceber que esse elemento exercia forte influência sobre o quadro econômico e político interno. O Brasil chegou, nos anos 70, ao ápice do processo de transição demográfica e como esta se deu de forma rápida e sem nenhum controle, os problemas se avolumavam e se refletiam na contestação ao governo. Os problemas decorrentes da urbanização acelerada, assim como, a contestação ao regime militar, eram mais presentes nos grandes centros urbanos [...] (LIMA, 2012, p.143).

Sob essa nova ótica, os ideólogos do governo militar começam a relacionar à questão demográfica com todas as importantes questões relativas ao desenvolvimento tanto econômico, como político, ecológico e, conseqüentemente, com o que se convencionou, na época, chamar de paz social (Idib., p.173).

Nessa conjuntura, o general Manuel Paz e Lima assumiu a intervenção da cidade de Campina Grande, mas após fortes pressões dos vereadores campinenses, decidiu renunciar ao cargo. Assim, em junho de 1970, Médici nomeou um novo interventor para a cidade, Luiz Motta

Filho (1970-1973). A conjuntura econômica e social da cidade passava por uma grande crise em decorrência das políticas econômico-financeira e tributária implantadas pelos governos militares, que concentravam renda nas capitais e retiravam a autonomia dos municípios. Campina Grande, que até o período antecedente ao regime militar vinha em ascensão, inclusive se destacando mais do que a capital do estado, João Pessoa, agora passava por uma fase de desesperança e um dos principais motores de sua economia, o comércio, estava cada vez mais inerte.

Apenas a partir da metade de 1970 que foram sentidos sinais de recuperação econômica, com a implantação do Programa de Metas e Bases para Ação do Governo proposto por Médici. É nesse ano que chega em Campina Grande o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), trazendo consigo o Plano de Desenvolvimento Local Integrado para a cidade. O PDLI foi concebido pela COMDECA (Companhia Pró Desenvolvimento de Campina Grande) e tinha como coordenador o arquiteto Renato Azevedo². A cidade foi classificada como Polo de Interesse de Desenvolvimento Microrregional e fazia parte do chamado Compartimento Borborema, exercendo a função de cidade de influência para outros cinquenta e sete municípios. Assim, mesmo se denominando “Plano Local”, o projeto visava desenvolver suas análises em todo o Compartimento.

O PDLI era um plano pré-requisito do governo federal para liberar verbas para as cidades de porte médio e se tratava de um instrumento destinado a territórios urbanos de importância nacional. O plano foi considerado a política de desenvolvimento urbano executada pelo governo federal no país e representou explicitamente a ação federal nos níveis urbano e municipal. Nele continham medidas a serem tomadas a curto, médio e longo prazo, analisadas por profissionais de áreas distintas, que tinham como justificativa a melhoria da cidade.

Motta desejou desenvolver a cidade a partir de seu lugar de mundo - e foi a partir dali que ele desejou o disciplinamento e a racionalização da cidade em todos os níveis, assumindo como natural a ideia de planejamento planejado e integrado com as premissas dentro dos saberes técnicos e racionais. Isso se daria, inclusive, tanto na urbanização propriamente dita quanto em relação aos modos das pessoas se portarem, o que se propôs mesmo contra eventuais resistências. Por exemplo, Motta Filho conta que promoveu a organização de Manuais de Rotinas, Código de Posturas, Código de Edificações, Código de Instalações, entre outros (SOUSA, 2016, p.79).

² Renato Azevedo nasceu em 1943, em Campina Grande (PB) e faleceu em Recife (PE), em 1997. Arquiteto formado pela UFPE, dedicou-se intensamente ao Planejamento Urbano, sobretudo em Campina Grande, de onde nunca se afastou totalmente. Foi autor de vários projetos para essa cidade: Canal do Prado, Parque Evaldo Cruz, Shopping Campina Grande (Largo do Açude Novo), Avenidas Canal e Manoel Tavares, Parque da Criança, entre outros. Ver Jornal da Paraíba, 5 de janeiro de 1977.

Apesar de todo o desenvolvimento do PDLI durante a intervenção de Luiz Motta Filho, foi apenas na administração de Evaldo Cavalcanti Cruz, eleito em 1972, que o plano foi concluído. Nesse novo contexto, era ainda mais clara a ligação entre o novo prefeito e a política e a ideologia militar, que cada vez mais buscava apoio de aliados militares para o desenvolvimento da cidade. Para ele, os problemas enfrentados em Campina advindos das políticas do governo militar, estavam resolvidos com qualquer auxílio federal, que representavam a possibilidade de ascensão política através da confiança e admiração da população e também a integração definitiva entre o município e os planos nacionais. Nesse sentido, o PDLI tinha muito mais um caráter propagandístico, com o objetivo de deixar a sua marca registrada na cidade, do que de transformação social. A aplicabilidade do PDLI durante a administração de Evaldo Cruz refletiu sua importância econômica, mas, acima de tudo, evidenciou uma série de problemas sociais, os quais são objetos deste trabalho.

A integração nacional foi algo que passou a ser entendido como necessário para desenvolver o país, e tendo como ponto de partida os modelos urbanos impostos pelos governos militares anteriores, ignorava-se as diferenças de classe e afirmava-se a falta de conflitos, como se não existissem também diferenciações entre regiões, estados e municípios. O objetivo maior era consolidar Campina enquanto um polo capaz de aumentar a renda interna através de programas de investimentos em obras viárias e urbanísticas, e, desse modo, a participação popular e o enfrentamento dos problemas locais, não pareciam ser algo importante para tal finalidade.

De um lado estava dada à impossibilidade de ignorar os problemas urbanos, de outro a impossibilidade de dedicar o orçamento público apenas às obras viárias, vinculadas à lógica do capital imobiliário, de maneira aberta ao debate, sem sofrer críticas. Quando a preocupação social surge no texto, o plano não é mais cumprido. Ele se transforma no plano discurso que esconde ao invés de mostrar. Esconde a direção tomada pelas obras e pelos investimentos que obedecem a um plano não explícito. A administração municipal não era suficientemente afinada com as forças políticas (os empresários) campinenses para divulgar e impor seu plano. Os problemas urbanos campinenses ganhavam novas dimensões (MARICATO, 2002, p.142).

De acordo com a historiadora Maria José Silva Oliveira (2005), para além desse objetivo de transformar a cidade para desempenhar sua função de cidade polo e dos melhoramentos significativos que aconteceram em algumas partes do município, também era possível identificar ali interesses responsáveis pelo atraso das cidades brasileiras. Dentre eles estão: a presença de grandes construtoras nacionais, obras faraônicas e superfaturadas e a forte

valorização fundiária e imobiliária com investimentos públicos impostos para uma área segregada, cheia de simbolismos modernos.

O empreendedorismo urbano tornou-se importante tanto nacional como internacionalmente nas últimas décadas. Refiro-me ao padrão de comportamento na governança urbana que mistura os poderes públicos (locais, metropolitanos, regionais, nacionais ou supranacionais) com um grande número de formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, organizações comunitárias, ONGs etc.) e interesses privados (corporativos ou individuais) para formar coalizões capazes de promover ou administrar o desenvolvimento urbano ou regional de um tipo ou de outro (HARVEY, 2014, p.188).

É interessante observar também que nesse momento a Paraíba foi marcada pela subida ao poder, em nível estadual e municipal, de políticos que tinham ligações ideológicas bastante claras com o governo militar. Em 1971, assumiu o governo do Estado o governador Ernani Sátyro, que foi egresso da antiga UDN e base de apoio dos militares no primeiro momento do golpe, presidindo o Bloco Parlamentar Revolucionário e dando sustentação parlamentar ao Governo de Castello Branco. Sátyro também assumiu a câmara dos deputados no Governo Costa e Silva e em 1968 foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar.

No âmbito municipal, Evaldo Cruz em foi eleito, e mesmo tendo recebendo votos essencialmente das camadas mais altas da sociedade campinense, é possível observar que Evaldo Cruz tinha atitudes políticas que se centravam na sua figura, muitas vezes se dirigindo às pessoas com um aspecto mais “populista” (OLIVEIRA, 2005, p.115). Em seus discursos, chegava a convocar homens e mulheres de todas as camadas sociais, representantes de atividades distintas no setor público e privado para se unirem em torno do crescimento da comunidade.

Entretanto, apesar das promessas colocadas para a população, a situação financeira da cidade não estava boa, tendo em vista os altos empréstimos conseguidos nos anos 1971 e 1972 durante a administração do interventor Luiz Motta Filho, principalmente em decorrência dos trabalhos na elaboração do PDLI. Para dar continuidade ao diagnóstico do PDLI e as mudanças propostas por ele, o governo municipal apresentou seu Programa Trienal de Ação - 1974/1976, na data em que o golpe militar de 1964 completava o primeiro decênio. Sendo incorporado em definitivo no movimento de organização administrativa institucionalizado pelos governos militares, o plano era principalmente um instrumento de programação financeira e sua efetiva

aplicação dependeria da ajuda intergovernamental comandada pelos planos nacionais do governo e pela conjuntura econômica.

Assim, Evaldo Cruz reformulou e reforçou alguns pedidos ao governo federal para auxílio financeiro, que já havia sido pedido anteriormente por Motta Filho e que não tinha sido atendido, e encaminhou novamente ao Ministério do Planejamento. Com os esforços também do Ministro João Agripino e o Governador Ernani Sátiro, conseguiu a concessão de auxílio de 6,5 milhões de cruzeiros pelo Fundo Especial do Ministério do Planejamento. O Ministério dos Transportes aceitou as demandas colocadas por Evaldo Cruz e foram enviados recursos para a construção da Avenida Canal na cidade.

Para conseguir lidar com a alta dívida da prefeitura, foi necessário obter um empréstimo a longo prazo que acabasse a dívida existente, e liberasse a capacidade de pagamento para a obtenção de novos empréstimos para obras. Dessa maneira, o Banco do Nordeste do Brasil também deu início ao projeto elaborado pela COMDECA para a urbanização do Açude Novo, em acordo com os diagnósticos e proposições do Plano de Desenvolvimento Local Integrado. O espaço que recebeu a maior atenção e importância no tocante à área de recreação, lazer e recuperação urbana na cidade foi o Açude Novo, com a justificativa de que faltavam equipamentos para lazer na cidade.

O PDLI de Campina Grande basicamente pode ser resumido em diagnósticos, dados estatísticos e propostas que levaram a segregação social de camadas sociais mais pobres, a autoconstrução de moradias precárias e condições de vida ainda piores para essas pessoas, que também vivenciaram nessas políticas a remoção de suas moradias do centro da cidade com o objetivo de promover sua urbanização nos moldes pretendidos pelas elites da cidade. De acordo com Maricato (2002), o plano urbanístico foi sendo colocado em prática sem ser relacionado à realidade dos problemas específicos da cidade, o que fez com que o seu crescimento, que já era desordenado antes, fosse cada vez maior. Diante disso, observou-se um processo de intensificação do surgimento de favelas, com um grande salto entre 1975 e 1980 de 03 para 17 áreas urbanas faveladas.

Nesse sentido, é importante destacar que o município vinha sofrendo um processo gradativo de insuficiência de recursos e problemas financeiros, decorrentes de muitos fatores, mas principalmente das diversas mudanças de governos estaduais e municipais durante os governos militares no país. Essa tendência fez com que a história dos modelos de planos urbanos no Brasil desde o golpe militar de 1964 tenha sido muito impactada pela autoridade central federal. Nos âmbitos estadual e municipal houve prejuízos sociais significativos, uma vez que, além do deslocamento da população mais pobre para regiões periféricas da cidade,

houve também a substituição de critérios democráticos e participativos do sistema de planejamento urbano por critérios autocráticos e tecnocráticos.

CAPÍTULO II

O PDLI E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA VIDA DA POPULAÇÃO POBRE DE CAMPINA GRANDE

Na década de 1970, houve uma intensificação das discussões sobre a questão da moradia e sobre a falta de infraestrutura nas cidades brasileiras, em virtude da explosão demográfica e do forte processo de êxodo do campo para as cidades. O crescimento no número de pessoas nesses locais que não estavam preparados para receber tamanha demanda, aumentou os índices de uma enorme quantidade de pessoas sem acesso à moradia e condições básicas de vida. Partindo desse fato, o nosso objeto de estudo, as reformas urbanas na cidade de Campina Grande na década de 1970, se insere no contexto das problemáticas urbanas nacionais uma vez que durante o período que esteve administrada pelo prefeito Evaldo Cavalcante Cruz, entre os anos 1973 e 1977, houve um foco direcionado a tais questões por meio de seu Plano de Desenvolvimento Local Integrado.

Durante esses anos, podemos observar a atuação (ou não) de alguns programas de governo militares que foram responsáveis pelo planejamento urbano, em consonância à política de desenvolvimento econômico proposto nos planos nacionais de diretrizes desses governos, como analisamos no capítulo anterior. No caso de Campina Grande, a criação do PDLI e a execução de algumas de suas obras, nos faz refletir sobre os interesses que o produziram, diretamente ligados ao capital, e as consequências diretas disso na negação do direito à cidade para uma grande parte da população, principalmente a camada mais pobre e explorada.

Dessa forma, analisaremos neste capítulo o próprio Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande e também reportagens do Diário da Borborema como fontes primárias de pesquisa, para problematizarmos as práticas da administração de Evaldo Cruz e os efeitos maléficos na vida material dos grupos subalternizados.

Utilizando as reflexões do geógrafo David Harvey a partir do conceito de direito à cidade, podemos discutir criticamente as condições impostas à população de Campina Grande sobre sua moradia e sua organização urbana, de modo que possibilite a problematização do direito de vivenciar a cidade para além da questão da moradia, mas também incluindo a participação e uma reinvenção da cidade que permita ao coletivo ter poder de decisão nos processos de urbanização, tendo em vista que na lógica capitalista da sociedade esses processos são geridos pela classe dominante e sem participação popular.

Essa gestão pode ser observada no PDLI da cidade e nos discursos que nele se fazem presentes, assim como na própria atividade administrativa de Evaldo Cruz, analisada por meio

das páginas do *Diário da Borborema*. Este jornal, ao passo que mostrava as grandes obras do prefeito, também noticiava reclamações de moradores da cidade sobre as condições em que viviam.

David Harvey explica abaixo em que constitui o direito à cidade, precário na cidade de Campina Grande no período estudado, e a forma como a dominação capitalista o inviabiliza com seu imperativo do lucro:

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou um poeta guerreiro com ambições imperiais). Essa situação geral persiste sob o capitalismo, sem dúvida, mas nesse caso há uma dinâmica bem diferente em atuação. O capitalismo fundamenta-se, como nos diz Marx, na eterna busca de mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Não surpreende, portanto, que as curvas logísticas do aumento da produção capitalista sejam, com o tempo, muito semelhantes às curvas logísticas da urbanização da população mundial (HARVEY, 2014, p. 30).

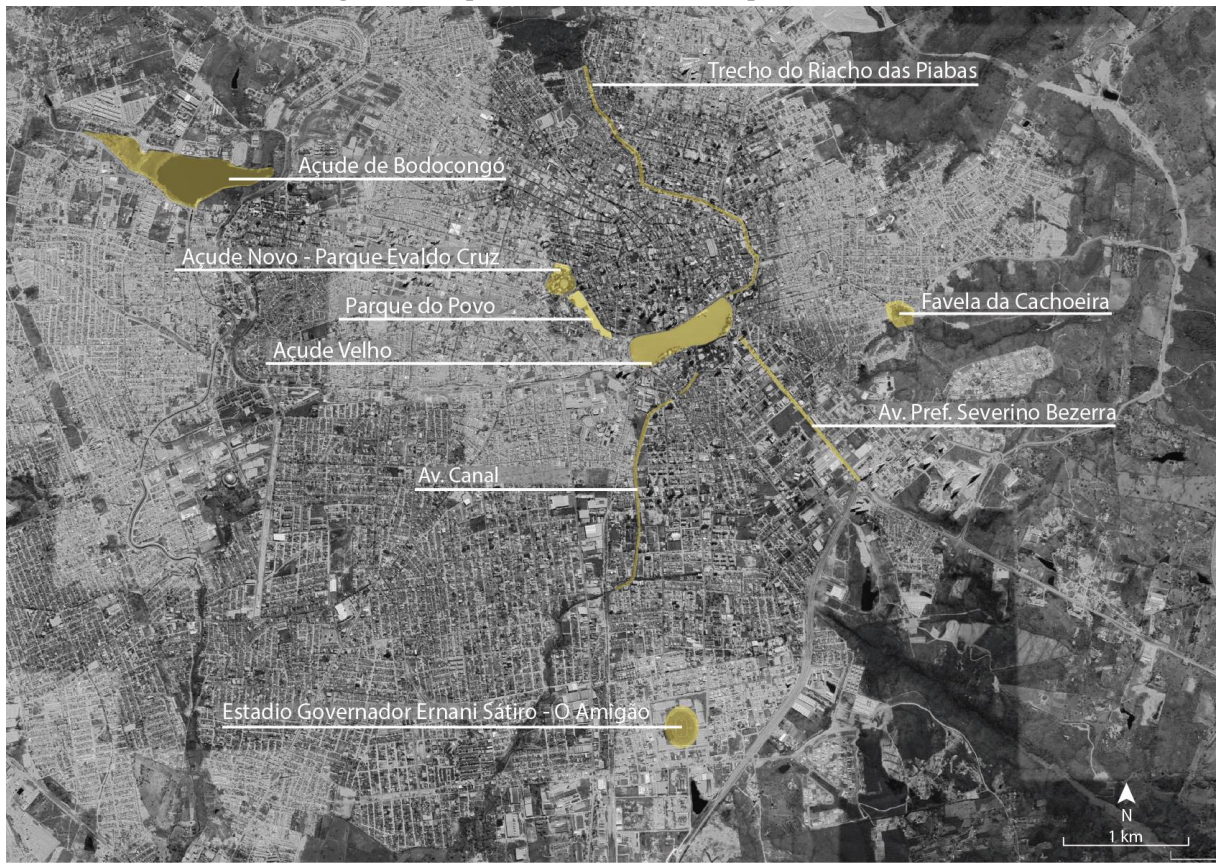
O PDLI foi apresentado por Evaldo como um indispensável instrumento para a promoção do município que se incorporava às metas do planejamento integrado do governo federal, no momento em que o país ingressava numa fase de “pleno desenvolvimento”. Para tal, o amplo estudo e os diagnósticos foram de responsabilidade de uma equipe formada por advogados, administradores, economistas, sociólogos, arquitetos, paisagistas e jornalistas, funcionários da Companhia Pró Desenvolvimento de Campina Grande - COMDECA. O estudo trouxe os aspectos geográficos, sociais, físico-territoriais, institucionais e econômicos do chamado Compartimento Borborema, no qual Campina exercia a função de cidade polo, que embasaram as ações da política de desenvolvimento integrado na região, com diversas propostas para áreas da cidade, em especial para a questão urbana (PDLI, 1973).

Dentre as diretrizes e proposições, há no PDLI o plano de urbanização, paisagismo e áreas de recreação, que faz o mapeamento das condições das áreas verdes e das praças da cidade, levando em consideração os lugares já existentes que precisam de reparos e a criação de outras praças, ditas como potenciais áreas verdes. A arborização pública é um ponto levantado e colocado como prioridade, levando em conta inclusive a poda de árvores, a correção do meio fio das ruas para dar espaço à vegetação, a dimensão das calçadas e qual o tipo de arborização que deveriam ter (PDLI, 1973, p.132).

No tocante aos parques, o plano apresenta a cidade como um grande centro comercial e cultural do sertão nordestino, já com seus 165.000 habitantes, mas que ainda não contava até o momento com um sistema de parques urbanos. Após essa constatação, justifica-se a necessidade de ter através do projeto paisagístico da área do Açude Velho, Açude Novo, da Avenida Canal, juntamente com a área do Bodocongó, a construção de um patrimônio de parques locais de Campina Grande, dedicados ao lazer ativo e passivo de toda a população da cidade e da região (PDLI, 1973, p.133).

Nesse sentido, o projeto de áreas para fins recreativos era composto pelo conjunto de logradouros públicos “mais importantes em potencial do centro urbano”, sendo eles a bacia do Açude Novo e do Açude Velho, a Avenida Canal, Avenida Severino Cabral e o Estádio Municipal, que conectados pelo canal até a Cachoeira, foram os espaços que mais receberam atenção da administração campinense. Este conjunto de obras interligadas especialmente através de ruas e áreas públicas fazia parte do planejamento para obras de curto, médio e longo prazo, de acordo com o PDLI, e atendia às solicitações da população da cidade – leia-se as classes mais abastadas – quanto aos equipamentos urbanos de cultura, lazer e arborização (PDLI, 1973, p.133).

Imagem 1: Mapa de localização - Campina Grande/PB



Fonte: André Cabral Guimarães, 2021.

No espaço criado para o Açude Novo, o plano oferta a implantação de um centro cívico no local e a erradicação da favela São Joaquim e, portanto, a expulsão de populares do local. Com isso, o objetivo era formar um conjunto arquitetônico ladeado por vasta área arborizada que teria o *majestoso* espaço do Açude. Na impossibilidade de continuar sendo um espelho d'água como fora outrora³, o espaço foi submetido a um plano urbanístico e paisagístico de grandes proporções espaciais e de vasta arborização. O projeto inicial, interligava este parque através de uma passagem de nível inferior com o grande parque cultural originário entre as áreas do Açude Novo e do Açude Velho (atual Parque do Povo). Neste parque cultural, previa-se a implantação de um teatro de arena, a construção de um centro cultural, áreas para fins recreativos, circo e festas anuais, somando assim diversos equipamentos (PDLI, 1973, p. 135).

³ O Açude Novo foi construído como medida auxiliar de abastecimento de Campina Grande, durante o ano de 1830, sendo o segundo manancial da cidade, junto ao Açude Velho. Em 1939 foi construído Vaca Brava, em Areia, para suprir o abastecimento da cidade, que não mais era suprido pelos mananciais construídos anteriormente. Em 1957, a cidade passou a ser abastecida pelo Açude de Boqueirão, o qual ainda é responsável por seu abastecimento até hoje.

Imagem 2: PDLI - Áreas para fins recreativos (Açude Novo e atual Parque do Povo)



Fonte: Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande, 1973.

É importante ressaltar que apesar de ser pensada como uma área para ser utilizada para fins recreativos, que não chegou a ser executada completamente, a erradicação da favela São Joaquim no local representou um exemplo importante da falta de direito à cidade para as pessoas que lá moravam. Grande parte dessas famílias era oriunda do alto sertão paraibano e veio para a cidade em busca de novas oportunidades. Segundo Silva (1987), a consolidação do capitalismo no Brasil tornou cada vez mais difícil a situação da população da zona rural, o que contribuiu para a expulsão de boa parcela da força de trabalho rural, que migrando para os centros urbanos, desempenhou um inchaço nas cidades, e, conseqüentemente, aumentou a demanda de moradias populares.

Além dessas proposições, o plano segue fazendo ligações entre as áreas do Açude Velho com as avenidas já citadas, até chegar ao Estádio Municipal, fazendo citação também ao bairro do José Pinheiro, quando diz que o bairro deverá ser tratado de modo a atender as exigências de sua população que, predominantemente jovem e consciente, estaria reclamando por áreas de esporte, arborização, clube de bairro e outros equipamentos. Seguindo o discurso, o plano dá continuidade àquilo que considera as problemáticas da moradia popular na cidade, priorizando

“resolver” todo o percurso que liga o Estádio Municipal ao Canal das Piabas⁴ em direção ao leste, que seria “umas das mais belas áreas da cidade - Cachoeira - que devido a problemas habitacionais e políticos, foi submetida a um processo de afavelamento” (PDLI, 1973, p.135).

Nem por isso, perdeu a área da Cachoeira a sua beleza. Com o plano de erradicação de favelas será liberado o terreno atualmente ocupado, tornando-se possível a execução do plano que prevê, além de uma área arborizada para recreação mais a oeste da Cachoeira, a própria ocupação específica do terreno [...] (PDLI. 1973, p.136).

De acordo a historiadora Hilmária Xavier Silva (2013), a região conhecida como Cachoeira abrigava desde os anos 1950 grande aglomerado urbano e se tornou a favela campinense portadora das piores condições habitacionais. Não havia saneamento, coleta de lixo, pavimentação, entre outros serviços básicos. Apenas em 2006 que as famílias que a habitavam foram removidas e realocadas para o Loteamento da Glória, conhecido como Bairro da Glória. Silva também analisou as vivências da Favela da Cachoeira, demonstrando através das práticas de seus moradores a luta cotidiana por medidas eficientes de melhoria de condição de vida na comunidade.

Diante disso, o documento trata a destruição daquele espaço de moradia popular como um processo natural e necessário para o *desenvolvimento urbanístico* da cidade, desconsiderando os efeitos maléficos que este provocaria na vida material das pessoas que ali habitavam. Uma violência classista que evidenciava a forma como os grupos subalternizados eram e são tratados pela administração pública que atendia a objetivos de uma estrutura capitalista.

Quanto às proposições de áreas de recreação a serem implantadas nos bairros, essas teriam função mais específica para as populações de tais locais, mas seu processo de escolha de espaços adequados para implantação dos equipamentos “surgiu, de certa forma, ao livre arbítrio do urbanista” (PDLI, 1973, p.136). Essa afirmação nos leva a pensar sobre a falta de participação popular na decisão de quais lugares e equipamentos públicos de recreação realmente seriam adequados às populações dessas regiões, para que de fato fossem espaços utilizados por essas pessoas. Uma dessas áreas seria o local denominado Açude de Bodocongó, em que estava planejada mais uma preservação do logradouro no sentido de evitar a ocupação excessiva de edificações, do que a criação de uma grande estrutura. De acordo com a historiadora Rosa Michele (2021), foi por volta desse período que a ocupação da região começou a ser uma

⁴ O Canal das Piabas (Riacho das Piabas) começa entre os bairros Alto Branco e Rosa Mística, passando por Ponto Cem Réis, Centro, Santo Antônio e José Pinheiro, onde há uma bifurcação que vai para o Açude Velho e o antigo bairro da Cachoeira.

realidade na cidade, que acabou se efetivando desde 1982 até os dias atuais, na chamada Vila dos Teimosos.

Juntamente às diretrizes já citadas, também foram pensados projetos mais específicos, que compunham, por exemplo, a análise do sistema viário urbano da cidade e suas possíveis alterações. A partir do diagnóstico, pretendia-se então, criar um plano de Sistema Viário Urbano, com a implantação de uma política de definição, ampliação e execução do tecido viário que fosse capaz de dimensionar até o volumoso tráfego urbano que se projetava em progressão para os próximos anos na cidade. Desse modo, foram pensados o acesso rodoviário à cidade e a criação de novas avenidas e ruas que se adequassem ao estudo, como é o caso das avenidas citadas anteriormente (PDLI, 1973, p.136).

Em contraponto às práticas que propunham a demolição e o fim de determinadas áreas e suas conseqüentes vivências na cidade, o PDLI apresenta a Velha Estação Ferroviária de Campina Grande como um ponto de extrema importância para a preservação e valorização do patrimônio histórico da cidade, apresentando sua demolição uma impossibilidade. Neste local, foi pensada a transformação de seu edifício principal para a criação de um museu, assim como a criação de restaurante, lojas, entre outros, que fizessem seus “velhos prédios” serem transformados em elementos de expressão cultural, comercial e turística. Diante disso, percebemos também a criação de ambientes tidos como patrimônio da cidade que deveriam ser preservados, em detrimento daquilo que para a classe dominante não era importante, como é o caso das favelas locais. Assim, a história oficial para essa classe, determinava e excluía práticas populares de camadas mais empobrecidas da sociedade, como também as próprias pessoas que viviam na cidade, enquanto dava prioridade àqueles possíveis turistas que iriam aparecer (APOLINÁRIO, 2012, p.56).

Sobre a erradicação de favelas, há um tópico específico no PDLI, trazendo um reconhecimento desse problema tal qual a realidade de outras cidades existentes no Nordeste brasileiro e do país como um todo. As favelas de Campina Grande, de acordo com os técnicos da COMDECA, apresentavam “as mesmas características genéticas, o mesmo tipo humano, as famílias paupérrimas originárias de áreas rurais [...] distribuídas irregularmente na área urbana [...]” (PDLI, 1973, p.146). Essas localidades, espelhavam a miséria e o abandono em que viviam as pessoas menos favorecidas, e criaram não só problemas de ordem social, física, humana, como os de poluição ambiental, já que 74% delas não tinham nenhum tipo de saneamento.

Algumas estão localizadas na periferia urbana, marginalizadas, como Cachoeira, Vila Cabral e Coréia. (vide outras, ocupando o próprio centro urbano, além de todos os conflitos já enumerados, apresentam-se como

manchas deterioradas que deturpam o tecido urbano, tornando-se frágeis vítimas para o processo espontâneo de desenvolvimento físico da cidade e especulação imobiliária. Serão expulsos, aos poucos e aos pedaços para fora da cidade, ocupando áreas que serão futuramente solicitadas, criando assim um círculo vicioso com a repetição dos mesmos problemas (PDLI, 1973, p.147).

Uma observação ao analisar o PDLI é que para as favelas localizadas na periferia da cidade, longe do centro, não se dava tanta importância à resolução de suas problemáticas, exatamente porque o centro da cidade naquele momento era tido como maior prioridade para a administração pública. Desse modo, locais como as favelas São Joaquim, que deu lugar ao Açude Novo, e, Coqueiro de José Rodrigues, que deu lugar ao Parque do Povo, foram extremamente reconstruídos e seus habitantes tiveram de ir para outras regiões da cidade, apesar de todas as suas resistências. O plano fala sobre a aplicação de uma enquete junto às populações dessas localidades sobre as aspirações de localização para serem realocadas, entretanto não se fala como isso se daria e não se sabe realmente se isso aconteceu, assim como para onde essas famílias foram.

[...] as favelas denominadas por “Cova da onça”, “Tamandaré”, “Maloca”, e “Cortiço do Canal”, são manchas urbanas vizinhas e separadas apenas por canal e ponte e correspondem a uma das áreas mais antigas da cidade - bairro de José Pinheiro - cuja densidade média de 202hab/ha, demonstra bem a intensidade de ocupação do solo. Localizadas às margens da Avenida Canal, no trecho entre o Estádio Municipal, Ponte Quebra Quilos e o Açude Velho, ocupam uma área cujo tratamento urbano, após a transferência, os integrará com o Plano de Micro Urbanismos que se propõe para o centro da cidade. Finalmente, há as favelas de “Coqueiros de José Rodrigues” e “São Joaquim”, constituídas cada uma por habitações (quartos na sua maioria) do mais baixo padrão, alinhadas ao longo de uma rua estreita, incrustadas no coração da cidade e não apresentam espaço físico que possibilite sua expansão. Em última análise verificamos que das 9 áreas consideradas, 3 estão situadas na periferia urbana e 6 encontram-se incrustadas no coração da cidade, ocupando áreas que fatalmente serão absorvidas, quer pela própria especulação imobiliária (loteamentos e/ou obras contra-indicadas para o local) quer por ação planejada. O que não pode ser admitida é a posição de expectativa, enquanto as áreas faveladas se adensam e a ocupação do centro se torna desmedida, deixando-se passar a oportunidade de um trabalho sério e profundo (PDLI, 1973, p. 147).

A maneira como os arquitetos, paisagistas e a companhia que elaboraram o PDLI trata as populações pobres é atravessada por uma ideologia classista e higienista. Documentos oficiais como esse tentam impor uma visão única da realidade social e procuram transformá-la

numa posição neutra. No entanto, são profundamente marcados pelas posições sociais e de classe de quem o elaborou.

Segundo Silva (1987), a intervenção do Estado no processo de urbanização tem a intenção não só mediar os conflitos de classe e garantir a continuidade da ordem social vigente, como também objetiva, principalmente, dar condições gerais necessárias para expansão do processo de acumulação do capital. Esse processo de urbanização, acontece no sentido de promover todo um processo de renovação e reestruturação urbana, que leva a um deslocamento da força de trabalho e uma segregação das classes trabalhadoras no espaço urbano. Em decorrência disso, encontramos o agravamento da crise da moradia, através da especulação imobiliária, elevação do preço dos imóveis e aluguéis, proliferação de favelas e entre outros problemas de infraestrutura urbana.

A condição urbana nas páginas do *Diário da Borborema*

Ao fazer a pesquisa nos periódicos do *Diário da Borborema*, especialmente nos anos de 1974 e 1975, período que marca a administração de Evaldo Cruz como prefeito de Campina Grande, também podemos nos deparar com a presença de matérias que explanam sobre os problemas de infraestrutura e moradia da cidade. Levando em consideração a crítica das fontes e o lugar de produção delas e os grupos de interesses envolvidos em torno, de acordo com os ensinamentos de Antonio Gramsci (2001), observamos que, apesar da existência dessas matérias, não há uma crítica diretamente à atividade desenvolvida pela prefeitura no período.

Diante disso, mesmo o PDLI tendo sido apresentado no ano de 1973, poucos foram os projetos de fato executados nos anos que decorreram à prefeitura de Evaldo Cruz, e os que foram executados, apenas foram concluídos no último ano de seu governo, como é o caso do Parque Açude Novo, em 1976. Durante esses anos, a cidade passava por questões que estavam muito mais ligadas aos problemas de infraestrutura básica da cidade do que a falta de grandes equipamentos urbanos, como objetivava o PDLI.

De tal maneira que boa parte das matérias do *Diário da Borborema* publicadas nesse período e que foram estudadas neste trabalho, noticiava os alagamentos e as destruições de casas, ocasionados pelas chuvas, a presença de favelas e reclamações em geral da população mais pobre no tocante à realidade urbana, que entendemos aqui como uma clara proposição do direito à cidade.

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados (HARVEY, 2014, p.28).

Em matéria publicada em 3 de janeiro de 1974, o *Diário da Borborema* trazia reclamações sobre a falta de conjuntos habitacionais em Campina Grande, enquanto a capital João Pessoa era agraciada com as obras realizadas pela Companhia Estadual de Habitação Popular - CEHAP. Nessa publicação podemos perceber a clara atuação das políticas militares centralizadas nas capitais dos estados do país, que davam prioridade ao financiamento de novas obras a essas regiões e não favorecia cidades do interior. É interessante observar que a matéria também aponta para o fato de se fazerem necessárias moradias para trabalhadores populares e não conjuntos habitacionais mais elitizados, além de denunciar a falta de estrutura daqueles conjuntos já construídos anteriormente.

Em João Pessoa, foi um grande êxito. Com recursos do Banco Nacional de Habitação, foram construídas 600 novas casas no Conjunto Castelo Branco III e 1070 outras residências sob os auspícios do Instituto de Previdência do Estado da Paraíba. Tudo isto, no ano de 1973. Em Campina Grande não tivemos a sorte de ver aumentando o número de moradias populares. Ficamos nos conjuntos residenciais do tempo em que funcionava, nesta cidade, uma cooperativa municipal que acabou sendo encampada pela companhia estadual de habitação. A Cehap não voltou suas vistas para Campina Grande. Poderá ela ter carradas de motivos para omissão. E um deles - nem será preciso que ela volte a propalar: em Campina Grande, muitas casas populares estavam desabitadas. Ora, isto não é fundamental para que a Cehap tivesse deixado de construir novos conjuntos residenciais em Campina Grande. As casas desabitadas encontravam-se em sua maior parte nos conjuntos construídos nos locais mais distantes sem serviço de transportes coletivos, sem mesmo uma infraestrutura de serviços urbanos indispensável. [...] Em Campina Grande, passamos o ano de 1973 sem nenhum novo plano de construção financiada pelo BNH, a não ser o tipo de financiamento para a construção da casa própria em terreno do interessado. O de que [sic] estamos falando neste tópico é da necessidade de se construírem em nossa cidade novos conjuntos residenciais para trabalhadores. [...] O que é preciso é que a Cehap - que não é apenas de João Pessoa, mas de todo o Estado da Paraíba - venha fazer seus planos para Campina Grande⁵.

⁵ Cf: Diário da Borborema. 3 de janeiro de 1974, nº 3479, p.4.

Outra publicação de janeiro de 1974, o crescente aparecimento de moradias precárias é colocada como um problema difícil, que estava atrapalhando o desenvolvimento da cidade. Os casebres representavam as péssimas condições de vida às quais alguns habitantes de Campina Grande estavam submetidos, enfrentando dificuldades quanto à higiene, conforto e saneamento básico. O jornal apontava para uma espera da comunidade por uma resolução.

Imagem 3: Moradias precárias em Campina Grande



Fonte: Diário da Borborema. 8 de janeiro de 1974.

Algo fortemente observado nos jornais do período também era a necessidade de melhor saneamento na cidade como um todo e não apenas em áreas mais suburbanas e periféricas. Na chamada “Campina reclama melhor saneamento”⁶, denunciava-se o sofrimento da população que vivenciava a grande presença de mosquitos e insetos pelos bairros da cidade,

⁶ Cf. Diário da Borborema. 4 de janeiro de 1974, nº 3480, p. 1.

“[...]principalmente as zonas situadas perto dos alagados[...]”⁷. A matéria também trazia a exigência dessas pessoas para que as autoridades locais tomassem alguma providência.

Imagem 4: “Campina reclama melhor saneamento”



Fonte: Diário da Borborema. 4 de janeiro de 1974.

Nesse mesmo período, o *Diário* também publicava o recebimento da verba do BNB para a construção das obras de urbanização do Açude Novo, propostas no PDLI. O que nos faz refletir sobre a prioridade da administração municipal sobre a execução de seus projetos, que não necessariamente serviam à população local, enquanto os reais pedidos dos habitantes não eram atendidos. Como vemos no jornal do dia 3 de janeiro de 1974, que diz:

Em telegrama dirigido ao Prefeito Evaldo Cruz pelo Diretor Industrial do Banco do Nordeste, Sr. Jeová Pereira Lima, foi comunicada a liberação da primeira parcela do empréstimo solicitado pelo Chefe do Executivo campinense, no valor de dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros, destinada

⁷ Idib.

à construção das obras do marco zero da cidade, que se constitui de um monumento a ser erigido na área do Açude Novo, com quarenta metros de altura, fonte luminosa, museu de arte e ajardinamento⁸.

A percepção da contradição entre os interesses de classe pode então ser entendida como a negação do direito à cidade por aqueles que em Campina viviam e que utilizavam o jornal como uma forma de denunciar sua situação de precariedade que viviam e também procuravam ter algum contato com as autoridades locais. A diferença dos interesses também pode ser vista na publicação que dizia: “Prefeitura troca árvores por grama e palmeiras - a Secretaria de Urbanismo mandou retirar totalmente todas as plantas dos canteiros na Rua Marechal Floriano Peixoto, para no local plantar grama e palmeiras do tipo imperial. [...]”⁹.

Ou seja, enquanto a prefeitura estava se preocupando com a construção de grandes obras e a troca de vegetação da cidade, a população passava por situações de dificuldade em seu cotidiano, que não eram levadas em consideração na utilização do dinheiro público. Outro ponto também notado é a própria incompatibilidade entre essa ação municipal e o que é dito por ela no PDLI, que propunha a preservação da vegetação local, como citamos anteriormente.

A problemática da chuva aparece de modo significativo nas páginas que pesquisamos do *Diário*. Em matéria do dia 04 de julho de 1975, o jornal reportava: “Chuva deixa centenas sem residência”, trazendo a questão das chuvas e os prejuízos causados pela falta de estrutura em diversos bairros. A população lamentava e também se revoltava contra a falta de obras para construção de galerias que melhorassem ou amenizassem as destruições.

Centenas de casas destruídas, muitas famílias desabrigadas, prejuízos incalculáveis para particulares e governo municipal, foi o saldo dos prejuízos causados pelas chuvas que insistentemente têm caído sobre a cidade nas últimas quarenta e oito horas. Há subúrbios sob ameaças de isolamento. Tambor e Catolé são os mais atingidos, seguindo-se a Estação Velha, onde a Rua 24 de maio ficou completamente inundada. [...] Lamentações e gritos de revolta são ouvidos nos bairros mais atingidos e as pessoas que ficaram com residências destruídas ou parcialmente danificadas apontam as causas, culpando na sua grande maioria a Secretaria de Obras da Municipalidade, por conta da não construção de galerias¹⁰.

⁸ Cf: Diário da Borborema. 3 de janeiro de 1974, nº 3479, p. 1.

⁹ Cf: Diário da Borborema. 25 de janeiro de 1974, nº 3498, p. 3.

¹⁰ Cf: Diário da Borborema. 4 de julho de 1975, nº 3982, p. 12.

Outras questões também se davam no edifício da Estação Rodoviária. Na matéria de 05 de janeiro de 1975 a problemática já aparecia como uma situação antiga que a cada dia mais se agravava. Os portões estavam caindo, e dizia-se que isso facilitava em muito também a presença de ladrões. Além disso, era mais complicada a situação porque os esgotos se encontravam entupidos, o que provocava fedor e era fator de reclamações por parte dos passageiros, que embarcavam e desembarcavam na estação, assim como os comerciantes que trabalhavam no local.

A publicação trazia que “[...] as autoridades competentes no assunto apenas ficam dando promessas de que os problemas serão sanados e até o momento nada de positivo foi feito[...]”¹¹, e a construção de uma nova Estação, que também fazia parte dos projetos da prefeitura, “[...] nada mais tem se falado. Sabe-se apenas que o assunto foi levantado, mas quando será construída nada se tem de concreto”¹².

As qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade, mesmo que eles sejam passíveis de cercamento, controle social e apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos público-estatais. Há uma distinção importante entre espaços públicos e bens públicos por um lado e, por outro, os comuns. Os espaços e os bens públicos urbanos sempre foram uma questão de poder de Estado e administração pública, e esses espaços e bens não constituem necessariamente um comum. Ao longo da história da urbanização, a provisão de espaços públicos e de bens públicos (como o saneamento, a saúde pública, a educação etc.) por meios públicos ou privados foi crucial para o desenvolvimento capitalista. Na medida em que as cidades têm sido espaços para vigorosos conflitos e lutas de classes, a administração pública viu-se muitas vezes forçada a suprir os bens públicos (como habitação de interesse social acessível, sistema de saúde, educação, pavimentação das ruas, saneamento e água) a uma classe trabalhadora urbanizada. Embora esses espaços e bens públicos contribua intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessário uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades (HARVEY, 2014, p. 143-144).

A existência de moradias precárias também era um problema antigo, como já observamos. Sobre as favelas, o jornal tinha uma clara posição de negativa, um exemplo visto na reportagem intitulada “Uma favela dentro da cidade”, com fotografias de Nicolau Castro, que levantava um diagnóstico da favela dos Coqueiros de José Rodrigues, uma das regiões em que houve demolição de casas e expulsão dos moradores, como previa o PDLI.

¹¹ Cf: Diário da Borborema. 5 de janeiro de 1975, nº 3835, p. 11.

¹² Idib.

A Favela dos Coqueiros de Zé Rodrigues, segundo dados colhidos na COMDECA, possui 63 residências, apenas 10 com paredes de alvenaria e o restante de taipa, onde 43 são servidas de iluminação elétrica e o restante de querosene. Os dejetos apenas em 17 residências são jogados em fossas ou atirado num matagal ali existente além dos que jogam ainda em um riacho que passa na periferia da Favela. Em média de 255 pessoas, entre crianças e adultos habitam aquele precário conjunto residencial e 115 homens são considerados sem profissão e sem uma renda familiar segura. As mulheres em sua maioria são lavadeiras, arrumadeiras, cozinheiras, etc. O grau de instrução é em média de 76 pessoas analfabetas e 81 com curso primário incompleto. [...] A Rua Sebastião Donato, única da Favela, é totalmente obstruída por esgotos que a cortam vindo das residências e provocando um mal cheiro terrível para os que passam no local, mas verifica-se um comodismo por parte dos moradores que já se acostumaram ao ambiente e não demonstram nenhuma preocupação com os referidos esgotos abertos. Enfim, a Favela dos Coqueiros, como também é conhecida, necessita benefícios das autoridades do município, a fim de que uma melhor condição de vida lhes seja dado¹³.

¹³ Diário da Borborema. 6 de julho de 1975, nº 3984, p. 12.

Imagem 5: A favela dos Coqueiros de José Rodrigues



Fonte: Diário da Borborema. 6 de julho de 1975

Nessa direção, lembramos de Engels, quando afirma que a sociedade capitalista não pode existir sem a crise de moradia. A própria estrutura sócio-econômica condiciona a distribuição espacial da população desfavorecida, que na medida em que vive em situação de baixa renda ou até ausência de renda, é imposta a se assentar em habitações sem qualidade e condições mínimas de sobrevivência.

[...] quando a grande massa dos trabalhadores só dispõe exclusivamente de seu salário, quer dizer, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução; quando as novas melhorias mecânicas retiram o trabalho das massas de operários; quando crises industriais violentas e cíclicas determinam,

por um lado, a existência de um verdadeiro exército de reserva de desempregados e, por outro lado, jogam momentaneamente na rua a grande massa dos trabalhadores; quando estes estão amontoados nas grandes cidades e isto num ritmo mais rápido do que o da construção de moradias nas circunstâncias atuais e que, por mais ignóbeis que sejam os pardieiros, sempre se encontram locatários para eles; quando, enfim, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem não só o direito, mas também em certa medida, graças à concorrência, o dever de obter de sua casa, sem escrúpulos, os aluguéis mais altos. Neste tipo de sociedade, a crise da moradia não é um acaso, é uma instituição necessária: ela não pode ser eliminada, bem como suas repercussões sobre saúde, etc. a não ser que a ordem social por inteiro, de onde ela decorre, transforme-se completamente (ENGELS, 1958, p.49).

Como reclamação de moradores, o jornal publicou em 1975 uma série de reportagens expondo as péssimas circunstâncias de diversas ruas da cidade. Dentre elas estava a Rua Américo Falcão, em que a população dizia que não recebia atenção desde o ano de 1947, e que agora começava a se movimentar em torno da luta por melhorias: “[...] os moradores da artéria partiram para uma campanha através da imprensa e esperam confiantes no adágio popular: [...] - Aqui precisamos de tudo, inclusive de uma visita do senhor prefeito! Disse um operário ao DIÁRIO”¹⁴. Outros bairros da cidade também apareciam, como as reclamações de integrantes da Sociedade de Amigos do Bairro da Bela Vista, que falavam: “[...] Desde há muito tempo que foi anunciada a implantação do meio-fio ali. Mas até agora nada foi feito pela rua, nem pelo bairro, através da atual administração [...]”¹⁵.

A partir das reflexões de Harvey (2014), compreender que essas denúncias de moradores à imprensa também podem ser uma forma de lutar para exercer seu direito de reinventar a cidade que vivem. Pois, se o Estado não oferece os bens públicos à essa parte da população, a alternativa encontrada por ela há de ser a sua auto organização para terem o que necessitam. E isso também é válido enquanto um sinal de resistência ao poder capitalista.

Ainda sobre as condições das ruas da cidade, especialmente pela falta de pavimentação e a realidade difícil do tráfego, apareciam queixas. A preocupação dos moradores com as chuvas também é algo constante durante toda a análise dos jornais.

Com a queda das primeiras chuvas sobre esta cidade, várias artérias de diferentes bairros que não são pavimentadas já estão quase intransitáveis. O tráfego de veículos é feito com dificuldades especialmente pelos coletivos que fazem as linhas. Alto Branco, Conceição e Palmeira são os subúrbios mais esburacados para não se falar no Jeremias [...]”¹⁶

¹⁴ Cf: Diário da Borborema. 11 de janeiro de 1975, nº 3840, p. 12.

¹⁵ Cf: Diário da Borborema. 19 de janeiro de 1975, nº 3847, p. 11.

¹⁶ Cf: Diário da Borborema. 27 de janeiro de 1975, nº 3854, p.6.

[...] a rua Fernandes Vieira, localizada no bairro José Pinheiro apresenta uma situação crítica, pois em diversas partes a lama está tomando conta de tudo, juntamente com diversos buracos e detritos que se acumulam a cada instante. A rua está em péssimo estado de conservação e seus moradores mostram-se por demais preocupados, alegando que quando o inverno começar realmente, aquela artéria ficará interditada. Não somente no bairro de José Pinheiro é que está assolado por inúmeros buracos, mas grande parte da cidade, o que implica que os órgãos competentes devem averiguar esses problemas [...]¹⁷.

Enquanto isso, em janeiro do mesmo ano, o *Diário da Borborema* publicava: “Estádios são uma realidade” como o título de uma matéria. Essa construção, que fazia parte do projeto pensado no PDLI, foi uma realização de parceria entre governo municipal e estadual. Na época, o governador da Paraíba era Ivan Bichara (1975-1978), que assim como seu antecessor Ernani Satyro, também seguia uma política de alinhamento com o governo militar.

Atualmente, os estádios “Amigão” de Campina Grande e “Satyrão” de João Pessoa já comportam cerca de 25 mil espectadores. As obras estão bem avançadas e dentro do cronograma traçado pela Sudepar e firmas construtoras. [...] Foram gastos até agora 55 milhões de cruzeiros nos dois estádios e cerca de 70 mil sacos de cimento. Estas fotos reafirmam que a Paraíba, nos dias 8 e 9 de março próximo, estará inaugurando suas majestosas praças de esportes¹⁸.

Em continuidade à política ideológica dos interventores militares, o governador do estado também se comprometeu diante de Evaldo Cruz com a contribuição ao desenvolvimento da cidade, mas, apesar disso, e do esforço do prefeito nas audiências com os presidentes da república naquele momento, os recursos liberados para o município foram escassos até o final do mandato municipal em 1977. De acordo com Serra (1991), a partir dos anos 70, a fundamentação ideológica do planejamento centralizado começa a ser menos utilizada, pois supostamente o regime se achava legitimado pelos seus próprios feitos. Começa então, “[...] um período de arbítrio franco, que somente será mitigado nos últimos seis anos, quando o fracasso da administração federal torna-se evidente e os sinais de uma crise profunda não podem mais ser escondidos [...]” (SERRA, 1991, p.149).

A matéria “Favelas do Compartimento” de 20 de julho de 1975 trazia como tema a presença dos miseráveis e delinquentes moradores da favela Vila Cabral. Nela, foram descritas condições de habitação da população, quem eram seus habitantes, o nível de escolaridade e a renda familiar, exemplificadas com fotografias. Na publicação, há uma queixa das péssimas

¹⁷ Cf. Diário da Borborema. 26 de março de 1975, nº 3901, p.1.

¹⁸ Cf. Diário da Borborema. 12 de janeiro de 1975, nº 3841, p. 3.

condições de vida dos habitantes da Vila Cabral, mas em momento algum se vê uma crítica à administração local por essa realidade.

Imagem 6: A favela Vila Cabral



Fonte: Diário da Borborema. 20 de julho de 1975.

Sendo assim, entendemos que os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder criadas no ambiente urbano por meio do capitalismo, cada vez mais transformam as cidades em espaços fragmentados e com forte presença da luta de classe. A construção de grandes obras que carregam os interesses de uma administração pública, marcada pelos desejos da política desenvolvida nos governos militares, com o PDLI, em detrimento da falta de investimentos em pequenas obras públicas que trariam melhorias ao cotidiano da população vistas nos jornais do *Diário da Borborema*, são um exemplo dessa realidade.

Em 1977, o arquiteto responsável pela elaboração do PDLI, Renato Azevedo, fez um balanço da atuação do plano, no relatório de atividades da COMDECA. Nesse documento, ele defendeu a participação efetiva da comunidade no processo de elaboração de um planejamento urbano, algo que não pode ser feito no modo como o PDLI foi construído, apenas com a

presença de representantes de organizações e instituições para discutir decisões já pré-estabelecidas pela administração municipal e o governo federal.

Para o arquiteto Renato Azevedo, a origem do fracasso dessas reuniões e das tentativas em geral para obtenção de um plano participativo efetivamente pela comunidade encontrava-se, essencialmente no ‘propósito que norteava o PDLI’. Tratava-se, sobretudo, de cooptar aliados, de mitigar os problemas já postos e aqueles que o plano viesse criar e não de consultar a comunidade para atender as suas necessidades. O arquiteto Renato Azevedo defendia que o primeiro passo no processo de planejamento deveria ser a busca de opinião da comunidade de suas necessidades, e não como vinha sendo feito, convocando-se a comunidade para discutir coisas já estabelecidas. Segundo ele, a elaboração do plano em foco teve o mérito de demonstrar, embora superficialmente, que jamais o plano pode ser um instrumento bruto. Mais importante que o plano é o processo (GURJÃO, 1998, p.129).

No início de 1980, Evaldo Cruz já não era mais prefeito de Campina Grande, mas seu sucessor no cargo de administração da cidade, Enivaldo Ribeiro (1977-1983), deu continuidade a alguns projetos obtidos através do PDLI. Ribeiro, assim como Cruz, também era alinhado à política militar e se elegeu por meio da ARENA. Nesse período, Renato Azevedo foi exonerado do cargo de coordenador da COMDECA e sua equipe demitiu-se integralmente, ao que tudo indica, por divergências políticas com o prefeito. A saída aconteceu após a sua participação no Seminário “Movimentos Sociais Urbanos em Campina Grande: novos personagens entram em cena?” organizado pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e as críticas que fez à forma como se deram as atividades da COMDECA, e, conseqüentemente, do PDLI. A ação coletiva causou grandes dificuldades ao andamento do programa em Campina Grande, e, após esta ocasião, para a execução da maioria dos projetos foram sempre contratadas empresas privadas externas ao município (OLIVEIRA, 2005).

Para Harvey (2014), essa é uma visível marca da reprodução do capital evidenciada de inúmeras maneiras em um processo de urbanização que serve ao domínio e poder de classe capitalista. Processo esse que interfere também de diversas formas na vida da população, desde seu estilo de vida e trabalho, até seus valores culturais e políticos. A cidade, então, é uma importante esfera de luta política, social e de classe, e, assim, reivindicar o direito de ter uma casa e viver em um ambiente digno pode ser visto também como o primeiro passo de um movimento revolucionário maior. Todas as pessoas que produzem e reproduzem a cidade através de seu trabalho, têm direito coletivo ao que produzem e também ao que desejam decidir sobre o urbanismo que deve ser realizado.

Ao contrário do que as políticas desenvolvidas pelos governos militares e seus aliados políticos a nível estadual e municipal pareciam dizer sobre seus projetos de urbanização, quando

falavam de melhorar e modernizar a cidade ao erradicar favelas e construir projetos grandiosos, a realidade vivenciada por diversas cidades brasileiras e por Campina Grande - PB, na verdade, foi de um aumento bem mais significativo da existência de favelas e da falta de infraestrutura no espaço urbano. Essa afirmação nos mostra que, de fato, a reprodução do capital é evidenciada de inúmeras maneiras em um processo de urbanização que serve ao domínio e poder de classe capitalista, no qual as experiências militares se inserem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de elaboração deste trabalho, procuramos compreender como a construção do espaço urbano também está inserida nos interesses da sociedade capitalista, entendendo que essas questões podem agir com características diversas na vida daqueles que vivenciam a cidade, interferindo efetivamente no modo de vida população, em especial de parte mais empobrecida. A cidade, então, é colocada como uma esfera importante de luta política, social e de classe, para pensarmos em reflexões que perpassam a cidade de Campina Grande, na Paraíba, inserida nas políticas da Ditadura Militar no Brasil, tendo como foco as consequências dessas políticas nas suas experiências urbanas.

Entendemos, inicialmente, o contexto nacional em torno dos planos desenvolvidos pelos governos federais para o planejamento urbano e como isso foi imprescindível para se pensar esse ponto na região Nordeste, e, conseqüentemente, em Campina Grande, desde a criação da SUDENE, no governo de Juscelino Kubitschek e as atividades desenvolvimentistas e o fortalecimento da atividade industrial. De modo que consideramos que as diferenças regionais presentes no Brasil da época, e ainda hoje, também foram e são determinantes para a situação empreendida no Nordeste e na cidade do Agreste paraibano. A partir disso, envolvemos no estudo os desdobramentos que levaram ao Golpe Militar e as práticas militares que também incorporaram o urbano em seus planos, marcados pela repressão de participação popular em níveis diversos.

Na conjuntura militar, as práticas centralizadoras que priorizavam as regiões Sul e Sudeste e capitais do país, em detrimento de cidades de pequeno ou médio porte, como Campina Grande, fizeram dessa cidade palco de lutas sociais cada vez maiores e mais visíveis ao longo do tempo. Esses fatores puderam ser observados nesta pesquisa, quando apresentamos os prefeitos eleitos e interventores a nível estadual e municipal, alinhados aos ideais militares, que seguiam os mecanismos de controle federais. Enquanto a cidade passava por inúmeras dificuldades, as políticas de desenvolvimento econômico-social dessas administrações trouxeram ao planejamento urbano da cidade diversos pontos marcantes na produção de um espaço criado sob a lógica capitalista.

Falar sobre essas experiências no ambiente urbano não podem ser deslocadas do contexto do sistema econômico-social vigente até o momento, o capitalismo, pois em decorrência dele é que podemos analisar como a falta de moradia, infraestrutura e equipamentos básicos, fazem parte também dos interesses da classe dominante. Sendo assim, um elemento intrínseco a esse sistema é a precariedade do modo de vida de classes mais pobres, e um reflexo

é a intensificação das lutas dos trabalhadores, mais percebidas a partir da década de 1970 no Brasil e em Campina Grande.

Assim, ao estudarmos o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande, pensado e executado nesse contexto, juntamente às atividades do prefeito Evaldo Cruz, entre os anos de 1973 e 1976, podemos entender também os discursos e denúncias encontradas por meio da pesquisa dos periódicos do Diário da Borborema sobre as difíceis condições impostas para boa parte da população da cidade. População esta que, mesmo não estando necessariamente fortemente organizada contra tal realidade, procurava formas de agir e reivindicar por seus direitos, aqui focados no direito à cidade.

O direito de ter uma casa e viver em um ambiente digno pode ser visto também como o primeiro passo de um movimento revolucionário maior, de acordo com as reflexões de David Harvey. E, todas as pessoas que produzem e reproduzem a cidade através de seu trabalho, têm direito coletivo ao que produzem e também sobre o que desejam do urbanismo que deve ser realizado. Por isso, inferimos que apenas quando se perceber que os que constroem e sustentam a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que nisto está o direito de criar uma cidade mais próxima de seus desejos, teremos uma política de urbanização que realmente faça sentido.

As discussões em torno desse trabalho não se encerram por aqui, tendo em vista que ainda há muito o que se pensar sobre a forma como as cidades vêm sendo construídas na sociedade capitalista e as problemáticas diante disso. No caso de Campina Grande, os projetos elaborados no PDLI são ainda hoje sinônimo de debate, como o Açude Novo, Açude Velho, as suas avenidas, entre outros, e as reflexões colocadas neste trabalho pretendem também fazer pensar sobre como a produção dos espaços citados são também responsáveis por sua realidade nos tempos atuais. Desse modo, as intenções colocadas para esses espaços não podem ser alheias às vontades daqueles que os vivenciam e reivindicar o direito a construí-los é um dever.

REFERÊNCIAS

1. Fontes primárias

Diário da Borborema, 03 de janeiro de 1974
Diário da Borborema, 05 de janeiro de 1974
Diário da Borborema, 20 de janeiro de 1974
Diário da Borborema, 22 de janeiro de 1974
Diário da Borborema, 23 de janeiro de 1974
Diário da Borborema, 24 de janeiro de 1974
Diário da Borborema, 25 de janeiro de 1974
Diário da Borborema, 31 de janeiro de 1974
Diário da Borborema, 05 de janeiro de 1975
Diário da Borborema, 07 de janeiro de 1975
Diário da Borborema, 11 de janeiro de 1975
Diário da Borborema, 19 de janeiro de 1975
Diário da Borborema, 23 de janeiro de 1975
Diário da Borborema, 27 de janeiro de 1975
Diário da Borborema, 06 de julho de 1975
Diário da Borborema, 23 de março de 1975
Diário da Borborema, 26 de março de 1975
Diário da Borborema, 04 de julho de 1975
Diário da Borborema, 20 de julho de 1975

2. Bibliografia

AGRA, Giscard Farias. **A URBS DOENTE MEDICADA: a higiene construindo Campina G(g)rande, 1877 a 1935**. São Leopoldo, 2007.

ADILSON FILHO, José. O historiador e sua função social na contemporaneidade. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da (org.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016. p. 353-366.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Reflexões sobre a Educação Patrimonial e experiências da diversidade cultural no ensino de História. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 56-67.

BADARÓ, Marcelo. **O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico**. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). 1964: 50 anos depois, a ditadura em debate. Aracaju: Edise, 2015.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história**. Campina Grande: Edufcg, 2009. 204 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 693 p.

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. **Discursos e imagens da cidade: o processo de requalificação urbana de Campina Grande - PB (1970-2000)**. 2011. 361 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

CASTRO, Hebe. **História Social**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DINIZ, Kaio Santos. **REVITALIZAÇÃO URBANA: uma análise sobre mudanças realizadas nos espaços públicos da área central de Campina Grande - PB (2000-2016)**. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

DE LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 113-153.

ENGELS, Friedrich. **A Questão da Moradia**. Ed. Sociales, Paris, 1957, p. 49, In: A Questão Urbana, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1985

ERNANDES, Florestan. **Nós e o Marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 56 p.

GRAMSCI, A. **Caderno 24: O jornalismo (1934)**. In. Cadernos do Cárcere: Volume 2. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GURJÃO, Eliete (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. João Pessoa. Ed. A União, 2000.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1986.

LIMA, Damião de. **Campina Grande Sob Intervenção: A ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

LIMA, Luciano Mendonça de. Um golpe de classe! A ditadura militar em Campina Grande. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da (org.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016. p. 91-114.

- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 152 p.
- MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015, 112 p.
- MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 67 p.
- NASCIMENTO, Raiff Manguiera Bezerra. **A produção urbana e sua relação com o pixo**. 2020. 115 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unifacisa - Centro Universitário, Campina Grande, 2020.
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino. As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da (org.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016. p. 71-90.
- OLIVEIRA, Maria José Silva. **Do discurso dos planos ao plano discurso: Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande 1970/1976**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Rosa Michele Vieira de. **Enchente de água e de gente: o processo de ocupação da Vila dos Teimosos em Campina Grande (1982-1992)**. 2021. 47 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.
- RICARTE, Michell Alves de Almeida. **A política econômica do governador Ivan Bichara Sobreira na Paraíba (1975-1978)**. 2020. 104 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.
- SANTOS, Wagner Geminiano dos. **Enredando Campina Grande nas teias da cultura (1965-2002)**. 2008. 233 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- SILVA, Hilmaria Xavier. **A invenção de um lugar: vivências e memórias da Favela da Cachoeira (Campina Grande, 1959 – 2006)**. Campina Grande, EDUFCG, 2015.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. **Raízes Históricas de Campina Grande. In. Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande.** GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). Ação Educar. Secretaria de Educação de Campina Grande, 2000.

SILVA, Iranise Alves da. **A crise da moradia: a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande - pb.** Rio de Janeiro: Agir, 1987. 136 p.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945.** Campina Grande: Edufcg, 2006. 193 p.

SCHMIDT, Benicio Vieiro e FARRET, Ricardo L. **A Questão urbana.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1986, p. 25-29.

_____. **O Estado e a política urbana no Brasil.** Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, L&PM, 1983, p. 88-111.

SOUSA, Katyuscia Kelly Catão de. **Sonhos urbanos: o Parque do Açude Novo e a (re)construção da alma campinense Campina Grande (1969-1976).** Campina Grande: EDUFCG, 2014.

SOUZA, Fabiano Badú de. **MODERNIDADE À CONTA GOTAS: por uma história do abastecimento de água em Campina Grande - PB (1950-1958).** Campina Grande, 2013.

TIBURI, Marcia. **DIREITO VISUAL À CIDADE: A Estética da PiXação e o caso da cidade de São Paulo.** Redobra. Bahia, ano 4, nº 12, 2013, p. 39-53.

THOMPSON, E. P.. **A formação da classe operária inglesa: a Maldição de Adão, vol 2: tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida.** - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 456 p.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1999, p. 184.

ANEXO 3 - "Prefeitura troca árvores por grama e palmeiras"



Diário da Borborema, 25 de janeiro de 1974, nº 3498

ANEXO 4 - "Apesar dos problemas, as chuvas trouxeram alegria"



Diário da Borborema, 25 de janeiro de 1974

ANEXO 11 - "Chuvas deixam centenas sem residência"

DIÁRIO DA BORBOREMA
 ORGÃO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS
 Fundação dos Diários Associados - Assis Chateaubriand - Campinas Grande, Sexta-feira, 4 de julho de 1975 - Nº 3982 - ANO 19 - Cr\$ 2,00

Chuva deixa centenas sem residências

Centenas de casas destruídas, muitas famílias desabrigadas precisam localizadas para participarem e governo municipal, foi o saldo dos prejuízos causados pelas chuvas que iniciaram ontem em café sobre a cidade nas últimas quarenta e oito horas. Há subúrbios sob ameaças de isolamento. Tambor e Catolé são os mais atingidos, seguindo-se a Estação Velha, onde a Rua 24 de maio ficou completamente inundada.

Os soldados do Corpo de Bombeiros têm sido constantemente chamados e quartéis foram distribuídos pelos pontos mais atingidos, por determinação do comandante da Unidade Militar, para que tenham melhores condições para atender os chamados. Todo aparelhamento do Corpo de Bombeiros foi acionado e viaturas da Prefeitura Municipal bem como carros particulares estão sendo usados no socorro às vítimas.

Lamentações e gritos de revolta são ouvidos nos bairros mais atingidos e as pessoas que ficaram com residências destruídas ou parcialmente danificadas apostam as causas, culpando a sua grande maioria a Secretaria de Obras da Municipalidade, por conta da má construção de galerias. "Que venham meus Deuses! Liza, ontem pela manhã, uma senhora que mora no Tambor e ficou sem casa. (12ª página)

Diário da Borborema, 04 de julho de 1975, nº 3982

ANEXO 12 - "Uma favela dentro da cidade"

Uma favela dentro da cidade
 Reportagem de William M...
 Fotos de Nicolau Castro

Constituída por habitações (quartos e pequenos casais) de mais baixa qualidade, aliadas ao longo de uma rua estreita, com 41 moradores, a Favela dos Capangos de São Rodrigues, localizada no centro da cidade, não apresenta condições adequadas para a população que nela reside, dando-se o crescimento da população por desamortamento de habitações já existentes em um só vão de 8.000m².

A Favela dos Capangos de São Rodrigues, segundo dados colhidos na UDM DEXA, possui 41 moradores, sendo 21 com parcelas de alvenaria e 20 com condições de iluminação elétrica e o restante de querosene.

Os desajustes aparecem em 17 residências nos jogados em fossos ou atirados num matagal, ali existentes, além dos que jogam ainda em um riacho, que passa na periferia da Favela.

Em meio de 200 pessoas, entre crianças e adultos, habitam aquele predomínio conjunto residencial e 115 famílias são consideradas sem problemas e com uma renda familiar segura. As mulheres em sua maioria são lavadeiras, serventes, costureiras, etc. O grau de instrução é em média de 16 pessoas analfabetas e 81 com curso primário incompleto.

Um pequeno riacho que passa ao lado da Favela, passa ao longo de uma rua estreita, com 41 moradores, a Favela dos Capangos de São Rodrigues, localizada no centro da cidade, não apresenta condições adequadas para a população que nela reside, dando-se o crescimento da população por desamortamento de habitações já existentes em um só vão de 8.000m².

A Rua Sebastião Donato, única da Favela, é totalmente obstruída por esgotos que a atravessam, provocando um mal cheiro terrível para os que vivem no local, mas verifica-se em condições para parte dos moradores que já se acostumaram ao ambiente e não demonstram nenhuma preocupação com os referidos esgotos abertos.

Enfim, a Favela dos Capangos, como também, a conhecida, necessita beneficência das autoridades do município, a fim de que uma melhor condição de vida lhes seja dada.

Sebastião Donato, a única rua da favela, é totalmente obstruída por esgotos que a atravessam, provocando um mal cheiro terrível para os que vivem no local, mas verifica-se em condições para parte dos moradores que já se acostumaram ao ambiente e não demonstram nenhuma preocupação com os referidos esgotos abertos.

Outro aspecto da Favela dos Capangos de São Rodrigues, localizada no centro da cidade, não apresenta condições adequadas para a população que nela reside, dando-se o crescimento da população por desamortamento de habitações já existentes em um só vão de 8.000m².

As lavadeiras e seus problemas. Quem resolve?

Os abastecimento d'água é feito...

Os casacos e o mesmo que não...

Um cartão na favela.

Os casacos e o mesmo que não...

Teste 24

LUBR	EMPAQUE	CLAS
1	X	
Prof. Augusto (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27)		Santos (27)
América (27)		América (27)
Castelinho (27)		Castelinho (27)
Uso Paulo (27)		Castelinho (27)
Conceição (27		

ANEXO 13 - "Favelas do Compartimento"

Favelas do Compartimento: a de miseráveis e de delinquentes
 Reportagem: José Itamar
 Fotos: Marcelo Martins

Evado Cruz, a surpresa no interior

Al favelas existentes no Compartimento de Borborema se destacam as seguintes: a Vila Cabral, localizada a margem esquerda da BR-230, ocupou a faixa de terreno que largamente pertence a ser loteada para futuros alargamentos da rodovia, de acordo com o Projeto de Lei nº 11.000, de 1973, aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Local Integrado.

HABITAÇÕES
 Composta por 208 habitações, a Vila Cabral apresenta a seguinte situação de ocupação de terrenos: 21 casas alugadas, 72 próprias, 193 não declaradas. A Vila Cabral não sabe menos de Cr\$ 30,00, 55 de Cr\$ 30,00 a Cr\$ 50,00, 5 de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00, 139 de 31 a 40 anos, 139, 41 a 50 anos, 112, mais de 50 anos, 149.

EDUCAÇÃO
 A Vila Cabral, como fator predominante em todas as favelas, apresenta grande número de analfabetos, devido a falta de escolas na localidade, contribuindo sempre crescente de pessoas sem qualquer instrução. Pesquisa realizada pela Comarca verificou que 281 pessoas não têm instrução, 538 são analfabetas, 2 idade, 538 não sabem ler e escrever, 428 possuem primário incompleto, 57 primário completo, 13 têm secundário incompleto e 2 secundário completo não existindo nenhum pré-universitário, nem universitário.

RENDA FAMILIAR
 Do ponto de vista profissional, há a incidência do sub-emprego ou do desemprego na Vila Cabral. Tal situação leva a população a um precário nível de renda, muito abaixo do salário mínimo regional.

Consta desenvolvida pela Comarca, com 286 pessoas da população da Vila Cabral, com o seguinte quadro em relação a renda familiar não declarada: 22, menos de Cr\$ 50,00, 43, de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00, 47, de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 150,00, 30, de Cr\$ 150,00 a Cr\$ 200,00, 51, de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 250,00, 38, de Cr\$ 250,00 a Cr\$ 300,00, 30, de Cr\$ 300,00 a Cr\$ 350,00, 5, de Cr\$ 350,00 a Cr\$ 400,00, 15, mais de Cr\$ 400,00.

POPULAÇÃO
 Em análise de aspectos sócio-econômicos e de ocupação de terrenos, a Vila Cabral apresenta a seguinte situação: a Vila Cabral, localizada a margem esquerda da BR-230, ocupou a faixa de terreno que largamente pertence a ser loteada para futuros alargamentos da rodovia, de acordo com o Projeto de Lei nº 11.000, de 1973, aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Local Integrado.

CONDICÃO DE VIDA
 A condição de vida é mísera na favela. Nas águas poluídas do riacho, o contato direto das crianças com as águas é frequente.

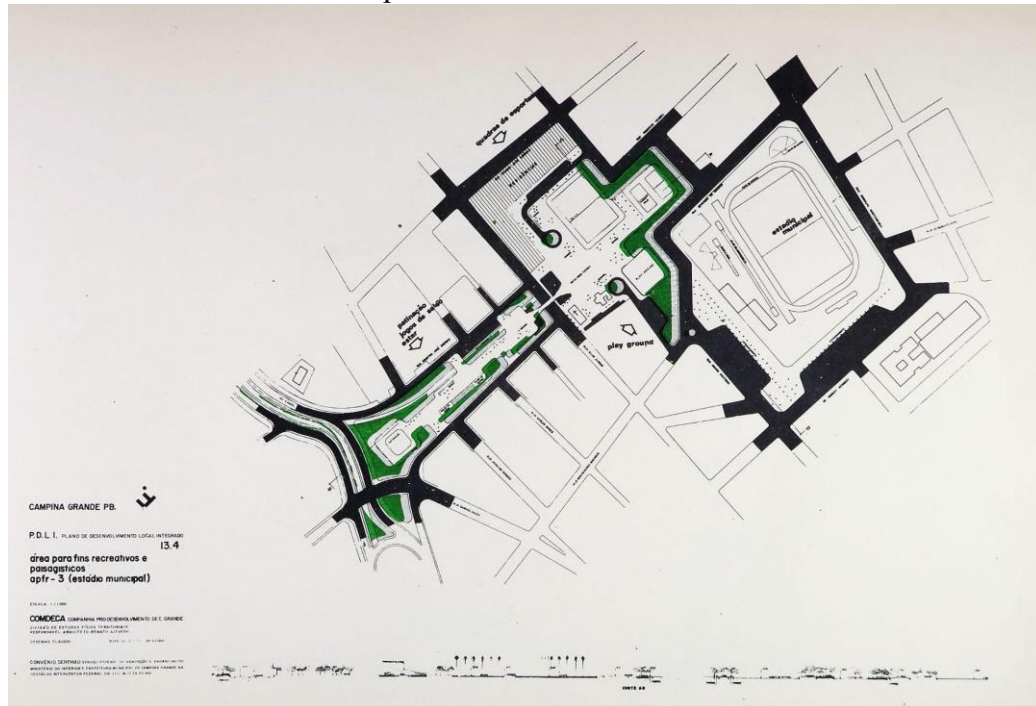
RECREAÇÃO
 Inexistindo qualquer tipo de recreação, as crianças da Vila Cabral ficam livres para brincar nas ruas e em terrenos baldios.

Vista parcial da Vila Cabral

O difícil acesso à Vila Cabral

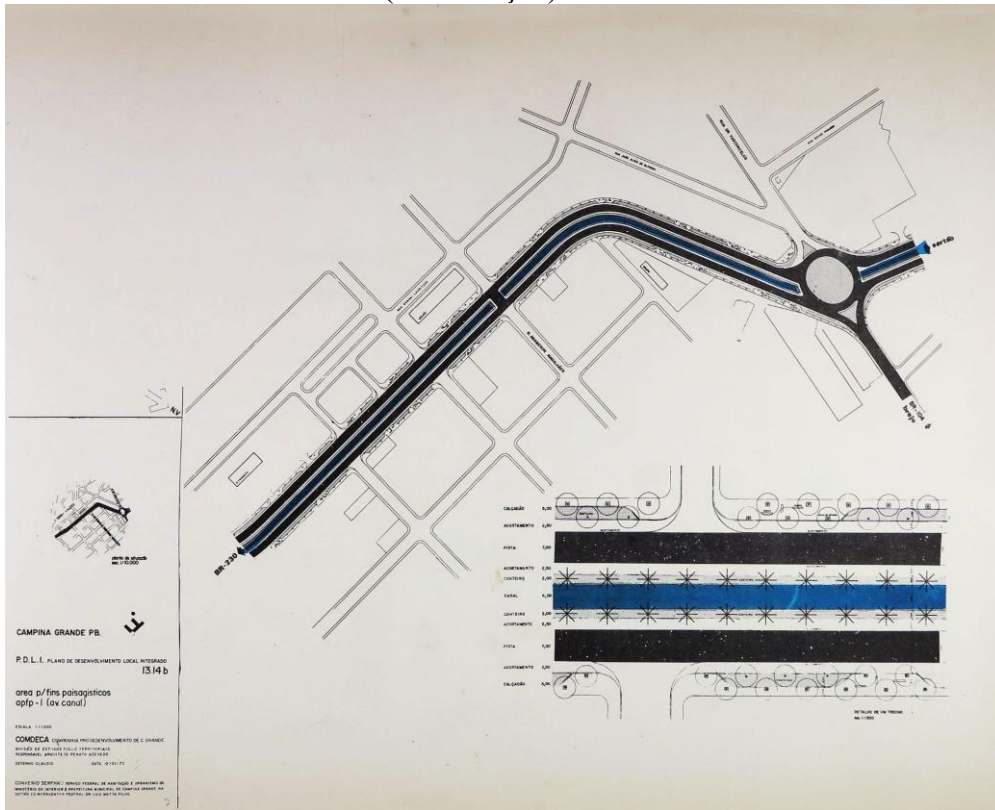
Diário da Borborema, 20 de julho de 1975, nº 3996

ANEXO 14 - Estádio Municipal



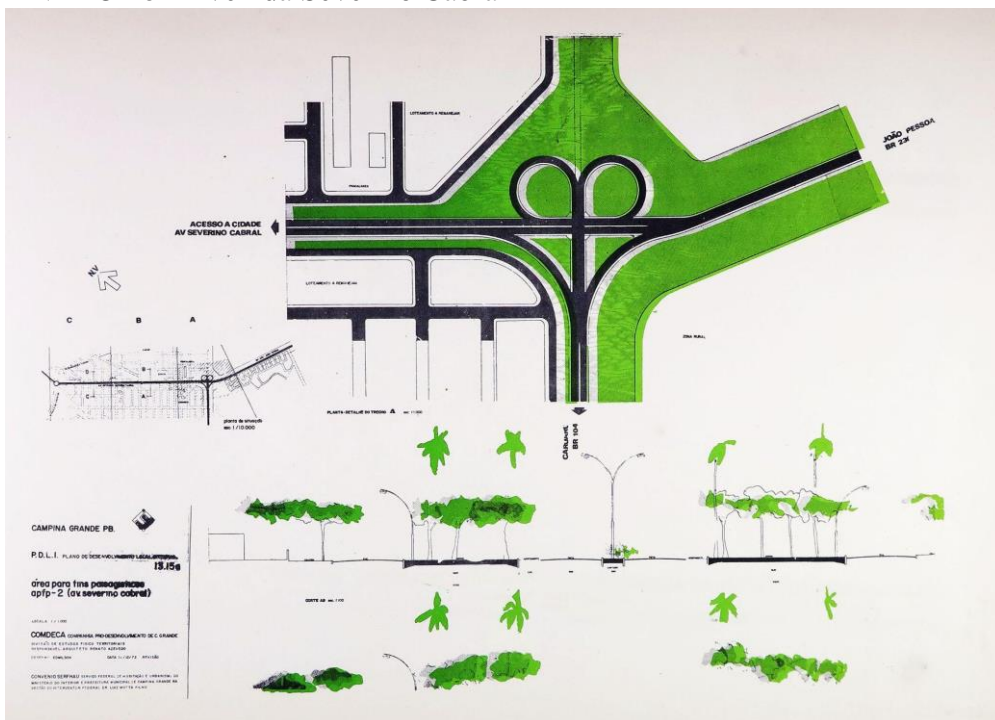
Plano de Desenvolvimento Local Integrado, 1973

ANEXO 17 - Avenida Canal (continuação)



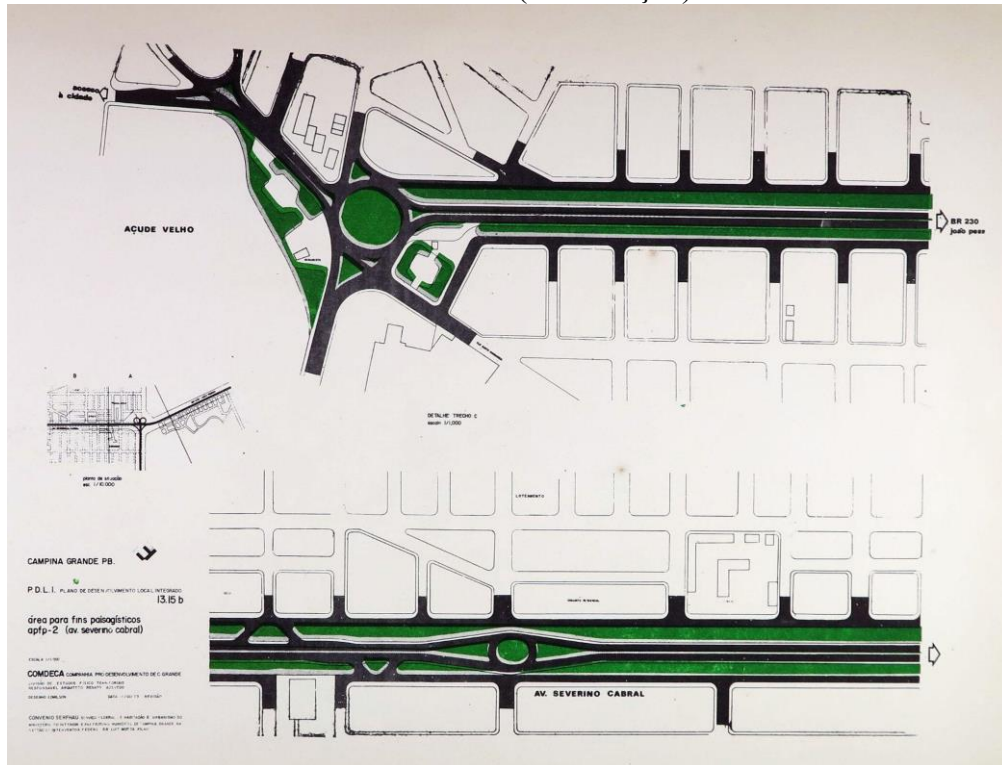
Plano de Desenvolvimento Local Integrado, 1973

ANEXO 18 - Avenida Severino Cabral



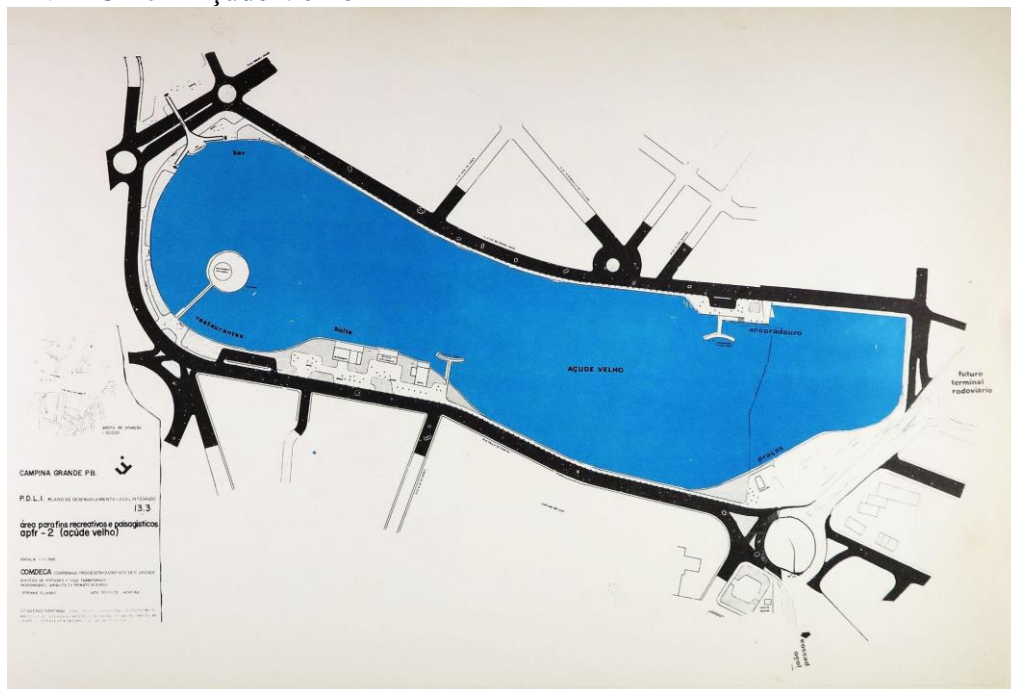
Plano de Desenvolvimento Local Integrado, 1973

ANEXO 19 - Avenida Severino Cabral (continuação)



Plano de Desenvolvimento Local Integrado, 1973

ANEXO 20 - Açude Velho



Plano de Desenvolvimento Local Integrado, 1973

ANEXO 21 – Termo de Autorização



Autorização

DIARIOS ASSOCIADOS PRESS S/A, - D.A Press pessoa jurídica de direito privado, com sede em Brasília/DF, no SIG Qd. 02, n. 340, salas 1 e 2, inscrita no CNPJ sob o nº 006053290001-86, na qualidade de legítima cedente do periódico **Diário da Borborema**, autoriza que **YONA KALUANÁ FERREIRA DE SOUSA, CPF: 094.875.194-08**, a ter acesso ao arquivo digital/físico para fotografar esse periódico para o fim de pesquisa/trabalho acadêmico e no prazo a seguir especificados.

Obra	Data de produção	Especificação do material
Páginas do periódico <i>Diário de Borborema</i> do período de 1º de janeiro de 1974 a 31 de março de 1975. Crédito: Arquivo DB/D.A Press.	01/01/1974 a 31/03/1975	PÁGINAS

Ao publicá-la(s), deve-se conceder os créditos ao autor da obra e a D.A Press, no padrão **Arquivo DB/D.A Press**. O uso fora da finalidade designada acarretará sanções previstas na Lei de Direitos Autorais (Lei nº. 9610, de 19/2/1998).

Em caso de reformulação ou edição renovada, a reutilização da(s) obra(s) deverá ser previa e expressamente solicitada e terá um custo adicional equivalente a 60% (sessenta), do valor cobrado no primeiro uso.

Brasília, 19 de outubro de 2021.


 Suzanne Soares
 Assistente Administrativo